



REVISTA DO COMERCIO

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ



ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
Desde 1890



IMPOSTOS

PESO DA TRIBUTAÇÃO
COMPROMETE DESEMPENHO
DOS EMPRESÁRIOS

DOCUMENTO FISCAL ELETRÔNICO

NOVO MODELO TRARÁ
REDUÇÃO DE CUSTOS
OPERACIONAIS

É FÁCIL. É RÁPIDO. É BARATO.



PríNEX é o serviço de encomendas 'Rodoviária a Rodoviária' da Expresso Princesa dos Campos. Sua encomenda é transportada nos exclusivos compartimentos PríNEX presentes na moderna frota da empresa. Você leva a sua encomenda até o nosso guichê, ela é transportada no primeiro ônibus e pode ser retirada na rodoviária do destino escolhido.



PRÍNEX
A encomenda expressa do Paraná.

Fazendo mais e melhor

Em mais um encontro com os leitores da Revista do Comércio, órgão oficial da Associação Comercial do Paraná, sinto-me feliz ao reafirmar que foi alcançada a maior parte das metas fixadas para o meu primeiro ano de mandato na presidência da entidade.

O desafio principal era dar prosseguimento ao plano de expansão da ACP, mesmo enfrentando nos últimos meses as dificuldades que se avolumaram no cenário político e econômico, fato que afetou fortemente o desempenho da própria entidade e de seus associados.

Medidas de ajuste foram necessárias na composição da equipe de colaboradores, tendo em vista a imposição do enxugamento da estrutura em face do agravamento da realidade financeira.

Isto não impediu, entretanto, avanços reais na qualificação da equipe visando dar agilidade ao atendimento das demandas que diariamente são apresentadas a Casa.

Novos produtos e serviços foram implantados, como o Clube de Vantagens ACP, com o objetivo de agregar valor à atividade empresarial, reduzir custos operacionais e possibilitar maior rentabilidade aos associados.

Atualmente com cerca de 30 mil associados diretos e indiretos, a ACP está presente e atuante nas principais regiões geoeconômicas do Paraná, justificando sua abrangência estadual, por meio de escritórios próprios ou em contratos de cooperação com associações comerciais e sindicatos patronais do comércio varejista.

Ainda há muito a fazer, mas estou convicto de que a intenção da entidade que chegou triunfante aos 125 anos de existência é continuar fazendo mais e melhor.

Um abraço a todos. ∞

ANTONIO MIGUEL ESPOLADOR NETO
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ



PRESIDENTE

Antonio Miguel Espolador Neto

DIRETORIA

Glaucio José Geara - 1º Vice-Presidente
José Eduardo Moraes Sarmento - 2º Vice-Presidente
Sinval Zaidan Lobato Machado - 3º Vice-Presidente
Luís Antônio Sebben - 4º Vice-Presidente
Camilo Turmina - 5º Vice-Presidente
Dalton Zeni Rispoli - 6º Vice-Presidente e 1º Secretário
Henrique Domakoski - 7º Vice-Presidente e 2º Secretário
Jean Michel Patrick Tumeo Galiano - 8º Vice-Presidente e 3º Secretário
Walter Roque Martello - 09º Vice-Presidente e 1º Tesoureiro
Jorge Carvalho Oliveira Junior - 10º Vice-Presidente e 2º Tesoureiro
Ivo Orlando Petris - 11º Vice-Presidente
Odone Fortes Martins - 12º Vice-Presidente
Carlos Eduardo de Athayde Guimarães - 13º Vice-Presidente
Maria Cristina Fernandes M. Coutinho - 14º Vice-Presidente
João Guilherme Duda - 15º Vice-Presidente
Geraldo Luiz Gonçalves - 16º Vice-Presidente
Ricardo dos Santos Abreu - 17º Vice-Presidente
Monroe Fabrício Olsen - 18º Vice-Presidente
Airtton Adelar Hack - 19º Vice-Presidente
Jair Ruiz Bana - 20º Vice-Presidente
Maurino Veiga Junior - 21º Vice-Presidente
Sergio Maeoka - 22º Vice-Presidente
Paulo Roberto Brunel Rodrigues - 23º Vice-Presidente
Jacir Venturi - 24º Vice-Presidente

CONSELHO SUPERIOR

Werner Egon Schrappe (1990/1992)
Eduardo Guy de Manuel (1994/1996)
Ardisson Naim Akel (1996/1998)
Jonel Chede (1998/2000)
Marcos Domakoski (2000/2004)
Cláudio Gomes Slaviero (2004/2006)
Virgílio Moreira Filho (2006/2008)
Avani Tortato Slomp Rodrigues (2008/2010)
Edson José Ramon (2010/2014)

SÓCIO BENE-MÉRITO

Rui Barreto

CONSELHEIROS

Abdo Dib Abagge, Benedito Kubrusly Junior, Carlos Antônio Gusso, Claudio Roth, Edmundo Kusters, Edda Deiss de Melo e Silva, Gilberto Antonio Cantú, Hamilton Pinheiro Franck, Helmut Altheim, Fernando Antônio Miranda, Jeroslau Pauliki, João Edison Alves Camargo e Gomes, Jorge Nacli Neto, Leonardo Petrelli Neto, Luis Alberto De Paula Lenz Cesar, Luis Celso Olivet Moura Branco, Luiz Francisco Novelli Viana, Marcelo Bernardi Andrade, Mario Lauro Tavares Martinelli, Marco Antônio Peixoto, Mario Valério Gazin, Milton Vianna Neto, Norman de Paula Arruda, Omar Camargo Filho, Paulo Cesar Nauiak, Paulo Renato Steiner, Paulo Sergio Mourão, Roberto Demeterco, Ruy Senff, Walmor Weiss

TRÊS PRIMEIROS VICE-PRESIDENTES DA DIRETORIA

1º Glaucio José Geara
2º José Eduardo Moraes Sarmento
3º Sinval Zaidan Lobato Machado

CONSELHO DELIBERATIVO

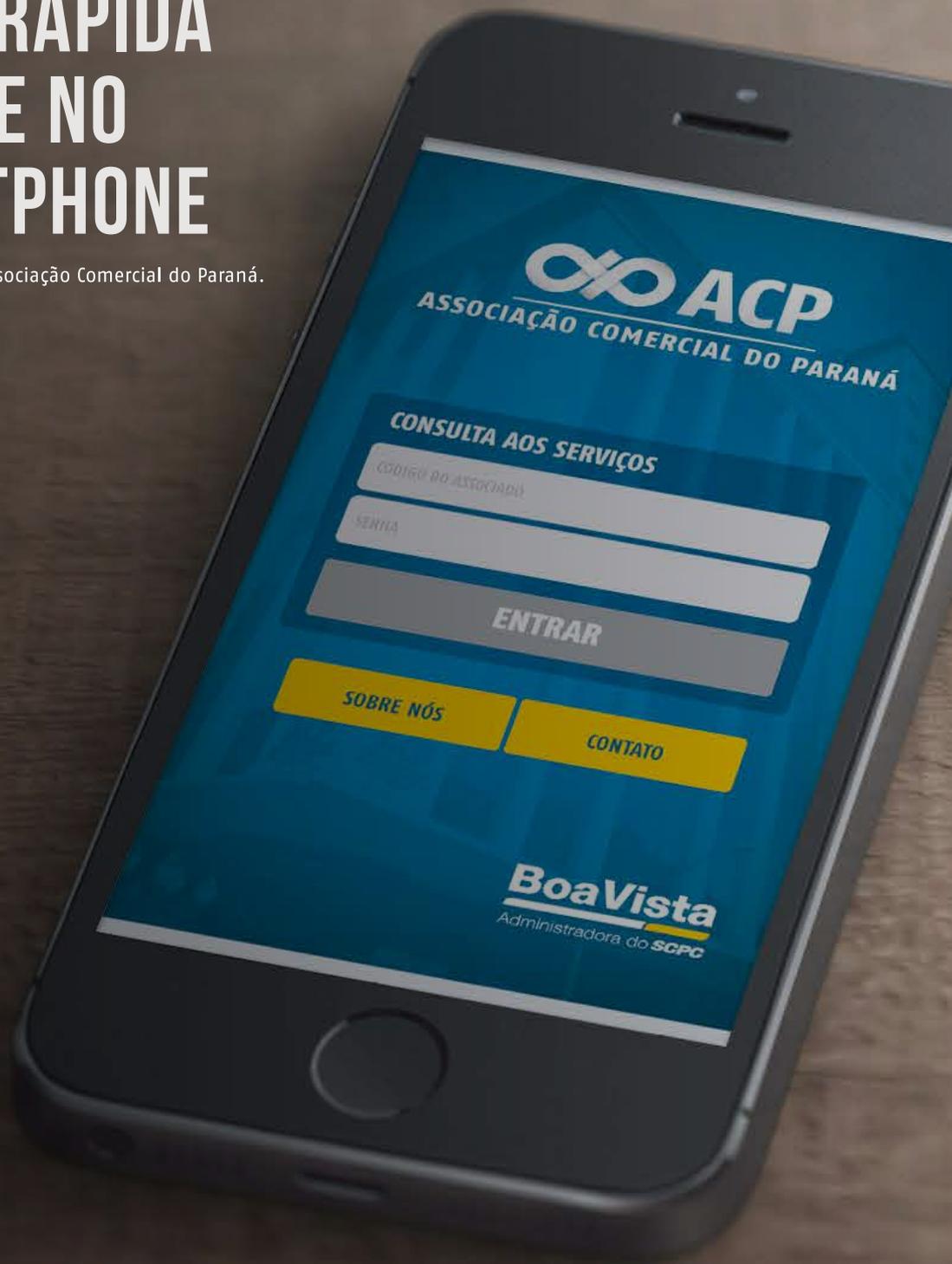
Ademir dos Santos Dagnoni, Aldo Alfredo Malucelli, Antonio João Beal, Áureo Simões, Bernadete Zagonel, Brasília Teixeira Brito, Dante Luiz Millarch, Dionisio Wosniak, Dulciomar Cesar Fukushima, Estefano Ulandowski, Eduardo Cristiano Lobo Aichinger, Fabrício Slaviero Fumagalli, Gabriel Veiga Ribeiro, Gilberto Degerone, Gilmar Gonçalves de Godoy, Henrique Lenz Cesar Filho, Jaime Sunye Neto, Jandira Scussel, Jacques Rigler, Jose Rovilson de Souza Dias, Jonel Chede Filho, Ludovico Szygalski Junior, Luis Gustavo Vardânea Vidal Pinto, Luiz Carlos Borges da Silva, Marco Antonio Rossi, Maritza Maira Haizi, Maria Lucia Gomes, Niaz Ramos Filho, Omar Sharif Uthman Majid, Paulo GERALDI de Mello Bonilha

CONSELHO FISCAL

Titulares: Arnaldo Luiz Miró Rebello, Oclândio José Sprenger,
Carlos Eduardo Nascimento
Suplentes: Idalberto Batista Vilas Boas, Terezinha Wolman,
Carlos Wanzo Junior

CONSULTAS AO SCPC DE FORMA RÁPIDA E EFICIENTE NO SEU SMARTPHONE

*Acesso restrito aos associados da Associação Comercial do Paraná.



APLICATIVO **ACP SCPC**
DISPONÍVEL EM:



ACP
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
Desde 1890

BoaVista
Administradora do **SCPC**

CAPA

08 Tributação

Carga elevada dificulta operação e rentabilidade

CONSCIENTIZAÇÃO

12 13ª edição do Feirão do Imposto

Evento expôs produtos com valor real sem incidência de tributos



CRESCIMENTO

38 Assembleias

ACP moderniza seus estatutos



CAMPANHAS

48 ACP contra o câncer

Outubro Rosa e Novembro Azul alertam para importância da prevenção

SUCESSO

16 Grupo MM

37 anos de história e mais de 200 lojas pelo Brasil

LEGISLAÇÃO

50 Nova lei de arbitragem

Solução de conflitos é consolidada

ACP NOS BAIRROS	26	DOCUMENTO ELETRÔNICO	36
HISTÓRIA	28	NOTÍCIAS	44
AGENDA DE CURSOS	30	SOLIDARIEDADE	52
BOLETIM LEGISLATIVO	32	CARREIRA	54

INOVAÇÃO E INFORMAÇÃO PERSONALIZADA PARA TODOS OS CICLOS DO SEU NEGÓCIO



PROSPECÇÃO
DE CLIENTES



PREVENÇÃO
CONTRA FRAUDES



GERENCIAMENTO
DE CARTEIRA



ANÁLISE E CONCESSÃO
DE CRÉDITO



COBRANÇA

SOLICITE UMA PROPOSTA

4007-1059 | www.acpr.com.br | sac@acpr.org.br

 **ACP**
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
Desde 1890

BoaVista
Administradora do **SCPC**



O PESO da carga tributária no Brasil

PIB NEGATIVO TERÁ REFLEXO INEVITÁVEL SOBRE CONTRIBUIÇÕES

O INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO (IBPT)

fez um estudo sobre a relação da carga tributária e a aplicação dos recursos arrecadados anualmente pela União, estados e municípios na melhoria da qualidade de vida da população. O estudo foi coordenado pelos tributaristas João Eloi Olenike, Gilberto Luiz do Amaral e Letícia Mary Fernandes do Amaral, diretores da citada instituição.

Uma das conclusões do estudo é que entre os 30 países com a maior carga tributária, o Brasil “continua sendo o que proporciona o pior retorno dos valores arrecadados em prol do bem estar da sociedade”. No outro lado, Estados Unidos, Austrália, Coreia do Sul e Japão são os que fazem a melhor aplicação dos tributos arrecadados para atender os interesses dos cidadãos.

O estudo confirmou o que todos sabem: o Brasil tem uma arrecadação altíssima e péssimo retorno dos valores para a sociedade, ficando atrás do Uruguai e Argentina. Os dois parâmetros utilizados para a comparação foram a carga tributária (arrecadação em relação à riqueza gerada -- PIB), referente a 2011, obtida da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, cujo índice final se refere ao ano de 2012).

Para se ter melhor ideia do que poderia ser feito com esse dinheiro, o ente governamental poderia construir 37 milhões de casas populares de 40 metros quadrados; 28 milhões de postos policiais equipados; 4,5 milhões de postos de saúde equipados; 94 milhões de salas de aula; ou plantar a ninharia de 260 milhões de árvores.

É por esse conjunto de fatores negativos que as entidades de maior relevância na representação de classe dos vários setores da produção têm elevado o tom para reivindicar das

esferas governamentais a celeridade no retorno do dinheiro arrecadado na construção e preservação de portos, aeroportos e rodovias, no reforço das políticas públicas de educação, saúde, segurança e assistência social. E, acima de tudo, no combate incansável à corrupção.

“O empresariado brasileiro não está choramingando por benesses governamentais, mas reclama a eficácia de serviços públicos pagos antecipadamente, ou seja, luta por um direito líquido e certo”, esclareceu o presidente da ACP, Antonio Miguel Espolador Neto.

Para Espolador, o setor produtivo cumpre sua parte ao repassar aos governos as contribuições determinadas em lei e cada vez mais pesadas, reservando-se o direito da cidadania responsável de exigir o atendimento imediato do interesse comunitário. “Está provado que há dinheiro em abundância à disposição dos gestores públicos, que a bem da verdade parecem totalmente perdidos, equivocados ou, mais grave, mal intencionados, em se tratando da austeridade na aplicação dos recursos do erário”, disse.

Além de penalizar o contribuinte com um complexo e exagerado sistema tributário, o governo, de acordo com presidente do IBPT João Olenike, “atribui aos contribuintes a responsabilidade para fechar as contas públicas e amenizar os efeitos da crise econômica. Fato é que nos últimos meses tem promovido diversas medidas de ajuste fiscal com o claro intuito de arrecadar mais.

Prestes a alcançar a marca de R\$ 1,4 trilhão de tributos arrecadados e com a previsão de chegar à inédita marca de R\$ 2 trilhões até o final de 2015, segundo o Impostômetro, o Brasil é o país que impõe a seus contribuintes uma das mais altas cargas tributárias do mundo – em 2014, representou 35,42 % do PIB.

— ÍNDICE DE RETORNO

Para atingir o objetivo do estudo, o IBPT criou o Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade (Irbes), que é o resultado da somatória da carga tributária, ponderada percentualmente pela importância do parâmetro referido, com o IDH, ponderado da mesma forma. Segundo o IBPT o Brasil é o último colocado numa relação de 30 países que melhor empregam os recursos oriundos da arrecadação de tributos.

Além de Uruguai (13º) e Argentina (21º), o Brasil perde para a Irlanda, Israel, Espanha, Grécia, Islândia, Eslovênia, Luxemburgo, Hungria e Áustria, entre outros.

O ranking foi determinado pela ordem decrescente do valor calculado para o Irbes de cada país. “Quanto maior o valor desse índice, melhor é o retorno da arrecadação dos tributos para a população”, revela o estudo. O maior índice ficou com os Estados Unidos (165,78) e o último com o Brasil (135,63), o que se verifica com a má qualidade da infraestrutura e os serviços públicos de segurança, saúde e educação.

— RETRAÇÃO DA ECONOMIA COMPROMETE RECEITA TRIBUTÁRIA

Exatamente na metade do ano, em julho, a realidade do cenário econômico se mostrou em toda a sua amarga extensão, constringendo o governo brasileiro a refazer suas estimativas diante da retração.

O próprio secretário geral da Receita Federal, Sérgio Rachid (no cargo desde o primeiro mandato de Lula), declarou ao jornal Valor Econômico que “ninguém esperava uma queda tão forte do PIB”, lembrando que nos últimos três meses os indicadores econômicos que impactam a receita (PIB, massa salarial, atividade industrial e vendas no varejo) “estavam muito para baixo e que era necessário rever as nossas posições”.

No relatório de avaliação do terceiro bimestre do atual exercício, a estimativa de arrecadação dos tributos administrados foi reduzida para R\$ 818,9 bilhões e a arrecadação previdenciária para R\$

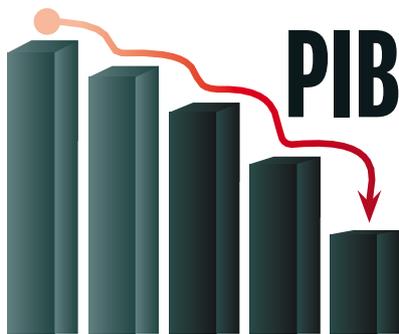
350 bilhões, escreveu Ribamar Oliveira, repórter de economia do referido jornal editado em São Paulo. A queda de ambos os itens foi de R\$ 44,2 bilhões, e a estimativa das receitas não administradas foi de R\$ 46,7 bilhões.

Segundo Ribamar “isto significa que o governo já cortou R\$ 122,5 bilhões da previsão de receita que consta da lei orçamentária de 2015”, passando a receita primária total de R\$ 1,447 trilhão na lei orçamentária para R\$ 1,325 trilhão.

— REDUÇÃO DA META

O secretário Sérgio Rachid justificou que “a redução da meta de superávit primário do setor público de 1,2% do PIB para 0,15% do PIB decorre dessa realidade da receita”. Na mesma publicação, a analista Claudia Safatle comentou ter sido do Ministério da Fazenda a sugestão à presidente Dilma Rousseff de baixar o superávit primário para 0,15% do PIB: “A situação é muito preocupante, as empresas não estão pagando impostos – o que sai mais barato do que contratar capital de giro em banco – apostando num novo Refis mais adiante. E, no entendimento da área econômica, a deterioração que está levando a esse comportamento não decorre de questões de natureza macroeconômica, mas das gritantes incertezas políticas que estão colocadas diante da fragilidade do governo e das investigações no âmbito do Petrolão”.

A perspectiva do mercado mundial é que as autoridades monetárias brasileiras se aproveitem do momento para perseguir o “amadurecimento institucional”, que ele define como “um processo que trará benefícios para a economia e para a gestão do país”.



JOÃO ELOI OLENIKE,
PRESIDENTE EXECUTIVO DO IBPT

— PERDA DE FÔLEGO

A perda de ritmo da economia brasileira nos últimos anos é atribuída por Otaviano Canuto, do FMI à perda de fôlego de três fatores: “O primeiro é a perda de fôlego da economia global, com o Brasil sendo bastante afetado pelo canal de preços das commodities. Uma simples interrupção da alta das cotações desses produtos já implica redução do crescimento”.

Outro ponto citado foi “um pouco de complacência com a agenda das reformas estruturais, em especial durante o período de boom de preços de commodities, quando o cenário para o país parecia muito favorável”. Canuto frisou que “o Brasil tem que aprender a poupar em tempos de vacas gordas, porque a época de vacas magras virá. Isso é inevitável em qualquer economia em que a produção de commodities tenha peso relevante”.

O terceiro fator foi a “superexposição da postura anticíclica pós-2008”, de modo especial a fiscal e para-fiscal, com a expansão do crédito via bancos públicos: “A expectativa de que o sucesso obtido especialmente em 2010 pudesse ser repetido deu resultados na margem decrescentes e até negativos”, disse. **o**

Direito líquido e certo

A MONUMENTAL CIFRA DE R\$ 1,3 trilhão proveniente da arrecadação de impostos federais, estaduais e municipais entre os dias 1.º de janeiro e 25 de agosto último cintilou nos impostômetros localizados em pontos de grande circulação nos centros urbanos de São Paulo e Curitiba, pouco antes das 16 horas daquela terça-feira.

Segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), para se ter melhor ideia do que poderia ser feito com esse dinheiro, o ente governamental poderia construir 37 milhões de casas populares de 40 metros quadrados; 28 milhões de postos policiais equipados; 4,5 milhões de postos de saúde equipados; 94 milhões de salas de aula; ou plantar a ninharia de 260 milhões de árvores.

O total foi alcançado 16 dias antes do que em 2014, desnudando a acabrunhante realidade de que cada cidadão brasileiro neste ano trabalhou 151 dias – portanto, de 1.º de janeiro a 31 de maio – apenas para pagar impostos, tributos, contribuições, juros e multas que a máquina pública não se cansa de sugar.

Outro dado inquietante do quadro é o percentual da carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), soma das riquezas produzidas no país ao longo de um ano, que em termos de Brasil atingiu no ano passado a estonteante marca de 35,42%.

É por esse conjunto de fatores negativos que as entidades de maior relevância na representação de classe dos vários setores da produção têm elevado o tom para reivindicar das esferas governamentais a celeridade no retorno do dinheiro arrecadado na construção e preservação de portos, aeroportos e rodovias, no reforço das políticas públicas de educação, saúde, segurança e assistência social. E, acima de tudo, no combate incansável à erva daninha da corrupção. “Queremos o retorno

do que pagamos” é um dos muitos lemas das entidades organizadas.

O setor produtivo cumpre sua parte ao repassar aos governos, vencida a parafernália da burocracia estatal, as contribuições determinadas em lei e cada vez mais pesadas, reservando-se o direito da cidadania responsável de exigir o atendimento imediato do interesse comunitário. Está provado que há dinheiro em abundância à disposição dos gestores públicos, que a bem da verdade parecem totalmente perdidos, equivocados ou, mais grave, mal intencionados, em se tratando da austeridade na aplicação dos recursos do erário. Tanto é verdade que o governo federal mantém uma estrutura composta por 39 ministérios, a maioria que nem sequer tem o que fazer a não ser o loteamento entre partidos aliados e distribuição de 22 mil cargos comissionados.

O empresariado brasileiro não está

choramingando por benesses governamentais, mas reclama a eficácia de serviços públicos pagos antecipadamente, ou seja, luta por um direito líquido e certo.

Nem bem havia passado o impacto do anúncio do R\$ 1,3 trilhão da arrecadação (até 31 de dezembro a estimativa é de superar R\$ 2 trilhões), os jornais informavam que a intenção do governo ao preparar a proposta orçamentária para 2016 é aumentar a carga tributária, incluindo a ressurreição da infame CPMF, cujo potencial de arrecadação anual estimado é de R\$ 80 bilhões.

Em vez de aumentar a carga tributária, que a sociedade não tem mais fôlego para suportar, os governos federal, estaduais e municipais deveriam estar extremamente preocupados com a urgência do enxugamento da máquina estatal, que consome a maior parcela da arrecadação sem que esse gigantismo garanta quaisquer vantagens para quem paga os impostos. **OX**



ANTONIO MIGUEL ESPOLADOR NETO, EMPRESÁRIO, É PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

Feirão do imposto



A 13ª EDIÇÃO DO FEIRÃO DO IMPOSTO, realizada em Curitiba em frente à sede da Associação ACP, mobilizou integrantes da entidade do setor produtivo em prol da conscientização da população quanto aos tributos embutidos nos produtos e serviços comercializados no Brasil. O evento foi realizado simultaneamente em mais de 100 cidades do Estado.

Na capital paranaense o evento é liderado pelo Conselho de Jovens Empresários da ACP, por meio de seu coordenador, João Guilherme Duda. De acordo com Duda, o diferencial do ato público realizado em 2015 foi a conscientização quanto à correta destinação dos impostos arrecadados pelo governo. “Precisamos estar cientes de que todos, sem exceção, são contribuintes deste eterno depósito de impostos que é o governo. Até mesmo quem nunca recolheu uma única guia de imposto. Por isso é preciso cobrar a correta aplicação destes tributos, que devem de fato retornar em forma de bons serviços de saúde, educação e moradia”, destacou.



_ GLAUCIO GEARA, VICE PRESIDENTE DA ACP

_ABERTURA

O evento de abertura do feirão abertura realizado em parceria com Estudantes pela Liberdade no Paraná (EPL/PR) e Instituto Atuação e contou com duas palestras temáticas: gastos públicos e atual conjuntura econômica do país; e o ajuste fiscal e aumento de tributos. Para discorrer sobre os assuntos respectivamente, foram convidados o professor da UFPR e doutor em Direito, Rodrigo Kanayama, e o presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB/PR, Fábio Grillo.

_INÍCIO

O projeto Feirão do Imposto foi criado em 2003, na cidade de Joinville (SC) pelo Núcleo de Jovens Empresários da Associação Empresarial de Joinville (ACIJ), que mobilizou a sociedade civil joinvilense para informar e, sobretudo, educar a população a respeito do quanto se paga em impostos. A partir dessa mobilização, o Feirão se tornou uma ação nacional, desenvolvida anualmente pela Conaje para conscientizar se quanto se paga em impostos e acompanhar a destinação dos tributos. ∞



“Precisamos estar cientes de que todos, sem exceção, são contribuintes deste eterno depósito de impostos que é o governo.”

JOÃO GUILHERME DUDA



“Menos tributos, mais respeito”

ENTIDADES APONTAM
SACRIFÍCIOS
IMPOSTOS À
POPULAÇÃO E AO
SETOR PRODUTIVO

AS ENTIDADES PARANAENSES do setor produtivo, lançaram em setembro o movimento “Menos tributos, mais respeito”. Na ocasião, representantes de instituições participantes do movimento explicaram os motivos da preocupação com as medidas fiscais anunciadas pelos governos federal e estadual, marcadas especialmente pelo aumento da carga tributária, sem a necessária redução dos gastos públicos, em especial a volta da CPMF, a desestruturação do sistema “S”, e no plano estadual o Projeto de Lei nº 662/2015.

O lançamento oficial do movimento foi coordenado pelo presidente da OAB Paraná, Juliano Breda, e contou com a presença das entidades representativas de classe.

O evento deu sequência ao movimento iniciado com a elaboração do Manifesto aos Governantes e entregue ao 1º secretário da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Plauto Miró. “As entidades que representam a sociedade civil paranaense, o setor produtivo, o comércio, prestadores de serviço, oficialmente lançam este movimento intitulado “Menos tributos, mais respeito”, com a especial finalidade de convocar toda sociedade paranaense a uma grande reflexão neste momento de crise econômica e política do nosso país, com a especial intenção de transmitir um recado muito claro, muito objetivo aos nossos governantes dizendo que a solução para a

crise econômica deve passar por amplas reformas na administração pública, reformas verdadeiras na redução dos espaços desnecessários do estado, dessa máquina pesada e ineficiente e não apenas pela simples opção do aumento da carga tributária, punindo e sacrificando ainda mais a sociedade brasileira que não aguenta mais o pagamento dessa conta da negligência, da imprudência, da ineficácia das ações públicas”, afirmou Breda.

O presidente da OAB lembrou que o movimento depende do trabalho de cada um e terá várias ações, especialmente no aspecto técnico, para que as instituições se antecipem à aprovação de projetos contrários ao interesse público. Breda também lembrou que o movimento é suprapartidário, acima de qualquer tendência partidária e ideológica. “É fundamentalmente de cidadania, de reação e de resistência à voracidade ar-

recatatória dos entes federativos. Diria que o movimento já deu certo.

O presidente da Fiep, Edson Campagnolo, criticou o fato de, mais uma vez, o governo do Estado recorrer ao regime de urgência na tramitação do projeto para tentar aprovar, sem a devida discussão, um novo aumento de impos-



tos. “Novamente estamos sendo surpreendidos por um pedido de regime de urgência para esta proposta. Com a aprovação do tarifaço, em dezembro, já contribuimos significativamente para que o Estado recuperasse suas finanças”, disse, referindo-se às medidas aprovadas pela assembléia no fim do último ano que alteraram principalmente as alíquotas do ICMS.

“Neste momento outra medida como esta não vem penalizar só o setor produtivo, mas toda a atividade econômica do Estado do Paraná, especialmente os tra-

balhadores. O Paraná é um dos Estados que mais vem sentindo o desemprego e, se continuarmos com esta sede arrecadatória, levaremos as empresas a uma situação de pobreza”, concluiu.

De acordo com o documento, assinado por todas as instituições que compõem o G7 - Fiep, ACP, Faep, Fecomércio, Fetranspar, Faciap e Fecooper -, trabalhadores e a população estão sendo sacrificados com o aumento da carga tributária, sem a necessária redução dos gastos públicos.

Confira o manifesto na íntegra

“Nós queremos mais respeito, queremos uma relação diferenciada da população com o estado, queremos diálogo, o que não temos até agora. Queremos transparência cada vez mais nas contas públicas.”

JULIANO BREDA



— MANIFESTO AOS GOVERNANTES

As entidades do setor produtivo, prestação de serviços e instituições de classe, reunidas nesta data, vêm a público manifestar grave preocupação com as medidas fiscais anunciadas pelos Governos Federal e Estadual, marcadas especialmente pelo aumento da carga tributária, sacrificando ainda mais a população e o setor produtivo sem a necessária redução dos gastos públicos.

Manifestam-se veementemente contrárias à volta da CPME, à desestruturação do sistema “S”, e, no plano estadual, condenam integralmente o abusivo PL 662/2015, especialmente no que tange à elevação do ITCMD, cuja gravidade é incompatível com a tramitação em regime de urgência, devendo ser rejeitado pela Assembleia Legislativa por caracterizar-se contrário aos interesses da população.



FOTOS: DIVULGAÇÃO / GRUPO MM

Grupo MM celebra 37 anos com novidades e premiações

UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS E DESAFIOS QUE A COLOCAM COMO UMA DAS PRINCIPAIS REDES DE VAREJO DO PAÍS

A REDE DE LOJAS MM Mercado-móveis, é a principal varejista do Paraná e uma das principais do país. Os números comprovam: são mais de 200 lojas em quatro estados brasileiros – Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e São Paulo, com projeção de inaugurar 15 novos pontos de venda, reinaugurar outros 30, iniciar a construção de mais um centro de distribuição, gerando cerca de 600 novas vagas apenas este ano, além de inovar com as novas lojas Smart.

Assim a rede varejista comemora seus 37 anos, com projetos e metas de expansão até o ano de 2020.

Diversos planejamentos foram colocados em prática, metas foram realizadas e agora a Lojas MM dá continuidade à expansão, com o Projeto Engrenagem 2015/2020. O projeto foi apresentado pelo vice-presidente, Marcio Pauliki, que anunciou investimentos - rede pretende chegar a 320 lojas até 2020, portanto serão abertas mais 110 filiais chegando a novas cidades no Paraná, expandindo-se

SUCESSO

ainda mais nos estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e São Paulo, e explorando novos territórios como o Mato Grosso, o que inclusive resultou em uma mudança na logomarca da empresa para que novos clientes de novas cidades possam identificar melhor a leitura da palavra “MM”.

“Estamos nos adaptando ao mercado, vamos investir e avançar o projeto das lojas Smart, que são lojas tecnológicas que serão abertas em cidades pequenas com até 25 mil habitantes. Também serão implantadas grandes lojas, as Super MM em cidades como Curitiba, Joinville, Campo Grande e Maringá”, destaca o vice-presidente da rede, Marcio Pauliki.

Para dar suporte a essa expansão, o Grupo MM prevê investimentos em novos centros de distribuição – no Oeste do Paraná, Santa Catarina (Piçarras) e Mato Grosso do Sul. Isso garantirá um diferencial logístico onde a entrega de mercadorias poderá ser realizada em 48 horas para todas as lojas.

“Chegar até aqui só foi possível pois nosso foco é em pessoas. Trabalhamos em três áreas que nos credenciam como a Gigante do Brasil: capacitação de jovens no primeiro emprego; regionalidade – fazemos um trabalho de marketing muito forte na região. Além de mídia de massa, pois apoiamos e patrocinamos eventos e festas regionais. Isso nos aproxima da comunidade e faz com que a empresa seja querida, reconhecida; e a governança – somos uma empresa familiar e muito profissional. Temos planejamento estratégico para 15 anos, com participação de todos os funcionários”, destaca o vice-presidente do Grupo MM.

E para comprovar o compromisso da Lojas MM de investir na valorização e no desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores, a Lojas MM figurou pelo 2º ano consecutivo, no guia “As Melhores Empresas para Começar a Carreira”, da VOCÊ S/A.

Para o diretor de gestão de pessoas, Ril-do Reis Pereira, “reconhecimentos como esse são um estímulo para que a empresa continue a valorizar e contribuir para o desenvolvimento dos jovens profissionais”.

Na Lojas MM o quadro de colabora-



— EQUIPE DO GRUPO MM FESTEJA PREMIAÇÃO DE “MELHOR EMPRESA PARA TRABALHAR NO VAREJO BRASILEIRO”, SEGUNDO A REVISTA VOCÊ S/A



— MARCIO PAULIKI, VICE-PRESIDENTE DAS LOJAS MM

dores é jovem em sua grande maioria no primeiro emprego, que com a experiência e conhecimento dos profissionais com mais tempo de casa, o que gera uma interação positiva.

“Esse mix de gerações de profissio-

nais é um grande diferencial da Lojas MM e premiações como essa evidenciam a solidez e a credibilidade das nossas práticas em gestão de pessoas, mantendo nossa empresa atual e vibrante por mais de 37 anos”, enfatiza a superintendente da Lojas MM, Juliana Pauliki Michalowski.

O Grupo MM que festeja seus 37 anos de história e enaltece que o sucesso da empresa está alicerçado em uma das premissas: simplicidade na aparência, mas não na essência, sempre em sintonia com os valores e cultura. Os mais de 3 mil colaboradores presenciam no dia a dia essa diretriz. Fatores como esse fortalecem seu maior patrimônio que é o capital humano, prova disso é a concepção de seu “braço social”, o Instituto Mundo Melhor, que somente este ano vai capacitar mais de 16 mil jovens aptos ao 1º emprego, além de se garantir seu posto, pelo quarto ano consecutivo, como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil. ∞

Transparência e profissionalismo

I SINDICOMBUSTÍVEIS ABARCA MAIS DE 2 MIL EMPRESAS EM TODO O PR

QUASE UM SEXAGENÁRIO com mais de meio século de história, o Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis, Derivados de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Lojas de Conveniência do Estado do Paraná, foi legitimamente fundado em 31 de outubro de 1957, pelos diretores e empresários associados da época, na antiga Associação Profissional do Comércio Varejista de Combustíveis e Minerais de Curitiba.

Hoje entidade sindical patronal está representada por uma diretoria dedicada e comprometida pela continuidade à sua trajetória, atuando com foco na representatividade e no associativismo da classe, com ética e transparência.

Entende-se por atividade sindical, entidade legalmente essencial para defesa dos interesses do setor que representa.

Uma vez conhecido o surgimento do Sindicombustíveis-PR e a sua finalidade específica, vale comentar sobre alguns números importantes para melhor compreendermos as responsabilidades do setor que representamos.

No território paranaense, existem mais de 2,6 mil empresas que comercializam combustíveis e serviços, que chamamos figurativamente de “postos de combustíveis”.

Destes, estimamos que são gerados mais de 50 mil empregos diretos, considerando todas as atividades comerciais envolvidas, como lojas de conveniência e outros serviços oferecidos. A conta pode aumentar se somados os trabalhos indiretos.

Os combustíveis têm uma carga tributária consideravelmente alta que pode representar mais que 50% da composição total dos custos com impostos como CIDE, PIS e COFINS sendo federais e, ICMS estadual.

Na gasolina por exemplo, o ICMS é 29%, calculado sobre uma pauta para cobrança do imposto por litro vendido, muitas vezes maior do que o cobrado na bomba.

Para uma movimentação que atualmente gira em torno de 800 milhões de litros mês no estado, segundo ANP, considerando todos os produtos, pode-se imaginar a grande participação que o setor tem.

A base do Estado do Paraná, representa perto de 20% na arrecadação de ICMS, segundo informações da própria Secretaria da Fazenda. No ranking, dividimos espaço pelo topo da lista entre outros produtos de primeira necessidade como energia elétrica. Fomos os primeiros a obrigação para implantação da NFCe Nota Fiscal Eletrônica do Consumidor. Sobretudo o setor é um dos mais fiscalizados, o que não é ruim.

DIVULGAÇÃO / SINDICOMBUSTÍVEIS



— MANASSES SATO, PRESIDENTE DO SINDICOMBUSTÍVEIS

Os postos de combustíveis geram mais de 50 mil empregos diretos no Paraná

Ações integradas de fiscalização, que buscam verificar como efetivamente o comércio está sendo administrado, por vezes, são necessárias para o combate às fraudes e ilegalidades que automaticamente prejudicam o livre comércio e a sociedade como um todo.

Atualmente, o setor é regulamentado pela Agência Nacional do Petróleo, muito embora outras autarquias, como Ibama, as que configuram no Estado do Paraná, como Instituto Ambiental do Paraná, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Instituto de Pesos e Medidas, Secretaria Estadual da Fazenda, Procuradoria do Consumidor, Ministério do Trabalho e Emprego, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições entre outras.

Brevemente apresentado o setor que o Sindicombustíveis-PR representa, agora veremos algumas ações desenvolvidas para atender nossos associados, que beneficiam o consumidor e a sociedade em geral.

Como um bom exemplo, dedicados em contribuir com a legislação ambiental e dar apoio às necessidades dos nossos associados, desde 2001 realizamos em nosso laboratório certificado pelo Inmetro, seguindo a norma ABNT. NBR/IEC17.025/2005 do Inmetro e Meio Ambiente, Ensaio Químico n°CLR 0644, desde 19/08/2013 (ensaio e calibração). Entre 2014 até agora, foram realizados mais de 36 mil ensaios. Também prestamos consultoria instruindo sobre o correto atendimento a legislação ambiental do Estado do Paraná, com equipe preparada e com assinatura de responsabilidade técnica registrada no Conselho Regional de Química do Estado.

Outro trabalho que realizamos com muita presteza, é o atendimento as obrigações exigi-

das pela CLT, assessorando nossos associados na execução de planos como: Programa de controle Médico e Saúde Ocupacional, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, atendimento aos exames admissionais, demissionais e periódicos e, o devido preenchimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário, documentos necessários para proteção à saúde e garantia dos direitos dos trabalhadores. Além do atendimento para treinamento conforme Norma Regulamentadora n°20, onde já certificamos mais de 2100 funcionários sobre o treinamento básico e Integração em procedimentos ação em situações de emergência.

O jurídico é o suporte legítimo ao nosso associado. Representamos ações administrativas sobre a esfera trabalhista, civil e tributária. Este ano fizemos mais de 650 atendimentos no período de 12 meses.

Trabalhamos junto com a ACP-PR, compondo uma equipe que coordena a Câmara Setorial de Combustíveis da casa. Neste, desenvolvemos trabalhos de apoio as ações da Associação, como o feirão de impostos, organizado pelo CJE, entre outras, a participação efetiva sobre bandeiras como anticorrupção e demais eventos que reivindicam melhoras para o amplo comércio.

Não podemos esquecer da nossa representante nacional, a Fecombustíveis, entidade com a qual atuamos em conjunto nas ações para fortalecimento e crescimento da classe.

Esse é o Sindicombustíveis-PR, uma entidade que atua com transparência e profissionalismo, trabalhando pelo bem comum, focando atender as necessidades do setor mantendo respeito e ordem às obrigações que regem as leis, contribuindo para construção de uma sociedade mais justa. **OX**

CERTIFICADO DIGITAL

PRONTO PARA USO

É NA ACP



AGENDAMENTO
de emissão

PREÇOS
DIFERENCIADOS



SOLICITE UMA PROPOSTA:
41 3320-2929 | SAC@ACP.ORG.BR

ACP

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
Desde 1890

BoaVista

Certificadora Digital



CTF promove debate sobre NFC-e e Nota Paraná

O diretor geral da Secretaria da Fazenda, George Hermann Tormin, e Karine Gresser, da Inventti, discorreram sobre os benefícios da Nota Paraná e Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e), para um público formado por associados, empresários e contabilistas que superlotou o auditório da ACP em iniciativa do Conselho de Tributação e Finanças (CTF), com a colaboração do setor de Novos Negócios da entidade.

Karine Gresser, consultora de negócios da Inventti, empresa que desenvolve softwares para documentos fiscais eletrônicos desde 2005 e especialista em NFC-e, explicou que a principal vantagem da nota fiscal eletrônica é a simplificação da vida do contribuinte e do consumidor.



DIVULGAÇÃO / ACP

A executiva lembrou que os associados da ACP contam com um programa de acesso a um software gratuito desenvolvido pela Inventti com o objetivo de facilitar a emissão das NFC-e, que substitui o tradicional cupom fiscal emitido em blocos de papel. Entretanto, assinalou que o mesmo ainda pode ser utilizado até dezembro de 2016.

_ NOTA PARANÁ

Por sua vez, George Hermann Tormin, graduado em engenharia civil e auditor fiscal da Receita Federal desde 1986, ex-secretário adjunto de Finanças da Prefeitura de São Paulo, em dois períodos, atualmente diretor geral da Secretaria da Fazenda do Paraná, descreveu os inúmeros aspectos do Programa Nota Paraná, recentemente lançado pelo governo do Estado, "que até agora já cadastrou 440 mil consumidores habilitados à devolução de 30% do ICMS arrecadado e aos sorteios, cuja primeira rodada está marcada para novembro próximo".

Para a Nota Paraná o comerciante deve solicitar o CPF do consumidor, atuando como estímulo ao pedido do documento fiscal e "também como fator de aumento da arrecadação do ICMS, com o que o governo passar a ter maior volume de recursos para aplicação em seu programa de ação".

Segundo o diretor geral da Sefaz, o retorno dos 30% de ICMS para os consumidores cadastrados – o teto é de 7,5% do valor da compra – poderá ser em dinheiro depositado em banco, dedução do IPVA e pagamento de contas de celular pré-pago. **OX**

Na contramão da crise econômica, Apolar Imóveis antecipa 13º

CENÁRIO TURBULENTO NÃO INTIMIDA A EMPRESA, QUE CONCEDEU BENEFÍCIO A 250 FUNCIONÁRIOS

DIANTE DE UM CENÁRIO de recessão, com o mercado retraído devido à incerteza e o pessimismo diante dos rumos da economia, a Apolar Imóveis tomou uma medida surpreendente e inovadora. A empresa adiantou a primeira parcela do 13º salário, que normalmente é paga em novembro, já para agosto. A ação beneficiou cerca de 250 funcionários da imobiliária, que tem 46 anos de atuação no setor e mais de 100 lojas espalhadas por Paraná, Santa Catarina e exterior.

Ainda este mês, os valores foram depositados em contas poupança abertas

especificamente para esse fim. Dessa forma, até o final do ano, todo o rendimento da aplicação será revertido para os colaboradores. "Se o funcionário tiver contas negativas ou dívidas que estão sofrendo a incidência de juros, que no Brasil são muito altos, ele poderá sacar o dinheiro da poupança e negociar o pagamento da dívida, que deixará de ser um fator de pressão para ele", afirmou diretor da Apolar, Jean Michel Galiano. O empresário lembrou também que a iniciativa pode colocar mais dinheiro em circulação no mercado, trabalhando contra a recessão.

_ GUIA

Para facilitar a tomada de decisão de como utilizar o valor, cada funcionário recebeu um guia com orientações sobre a melhor forma de aplicação, seja mantendo a poupança para ser usada no pagamento de despesas de final/início de ano (IPTU, IPVA, material escolar, etc), ou até a renegociação de dívidas vencidas, com pagamento à vista. "Com essa iniciativa, a Apolar Imóveis tem como objetivo passar tranquilidade e confiança à sua equipe de funcionários, bem como fazer a sua parte para quebrar essa onda de incerteza e desconfiança no futuro, pois entendemos que o nosso futuro é feito hoje e o hoje só depende de nós", finaliza Galiano. **OX**

52.132

acidentes de trabalho ao ano colocam o
Paraná em 4º lugar no ranking brasileiro*

**Evite que
números como
esse estejam
dentro da sua
empresa.**

Conheça as
soluções do Sesi.

Quem move a indústria são as pessoas. Por isso, o Sesi oferece serviços que garantem mais segurança e saúde aos seus funcionários, enquanto resguardam os resultados e a produtividade da sua empresa.

- Consultoria integrada de Segurança e Saúde;
- Estrutura completa, com laudos à distância, otimizando custos**;
- Preços atrativos para os mais diversos setores da indústria.

Evite autuações, atenda as leis e normas regulamentadoras.

**Os exames são realizados localmente com os trabalhadores da empresa e os laudos são emitidos à distância. Exames como eletroencefalograma, eletrocardiograma e espirometria necessitam de médico especialista para sua realização.



Personagens do desenvolvimento econômico de Curitiba recebem homenagem

CONDECORAÇÃO FOI REALIZADA DURANTE EVENTO DO DIA DO COMERCIANTE



COM O OBJETIVO DE VALORIZAR o trabalho dos profissionais do comércio e exaltando a permanente contribuição da classe à expansão econômica do país, a ACP realizou almoço alusivo ao Dia do Comerciante. Durante a cerimônia de abertura, foram homenageados os líderes e empresários Darci Piana, Junior Durski, Omar Fatuch, Sonia Regina Barbosa Elias e a família Hauer, reconhecendo a relevante contribuição conferida ao desenvolvimento do comércio ao longo da história.

O Dia do Comerciante foi instituído em 16 de julho de 1953 pelo presidente do Senado, senador João Café Filho, em memória à data de nascimento de José Maria Lisboa, o Visconde de Cayru, autêntico pioneiro do empreendedorismo. Graças à influência exercida por Lisboa sobre D. João VI em 1808, os portos brasileiros foram abertos ao comércio nacional e internacional.

“Sem medo de errar, pode-se afirmar que o comerciante foi um dos precursores da civilização e um de seus principais esteios. Comunidades se transformaram em cidades e estas se agruparam em territórios e países, sendo que o avanço da atividade comercial aos poucos suplantou as fronteiras, tornando-se mundial”, afirmou em seu discurso o presidente da ACP, Antonio Miguel Espolador Neto.

Uma homenagem póstuma ao Barão do Serro Azul, Fundador da ACP, foi prestada pela manhã no Cemitério Municipal. A cerimônia foi organizada pelo vice-presidente da entidade, Camilo Turmina.

— HOMENAGEADOS

O presidente do sistema Fecomércio Sesc/Senac do Paraná, o contador e economista Darci Piana, nascido no Rio Grande do Sul e aqui radicado há muitos anos, reeleito para três mandatos consecutivos, é um dos principais líderes do setor comercial, imprimindo modernidade e sinergia à sua gestão. “Recebo com muita honra esta homenagem que vem ratificar a história promissora de duas entidades que lutam em prol do setor produtivo paranaense. Juntos vamos renovar nossos esforços e formar um corpo de união cada vez maior para continuar lutando”, disse.

Piana foi alvo de homenagens e reconhecimento da comunidade mediante dezenas de títulos de cidadania de importantes municípios, além da cidadania honorária do Paraná conferida pela Assembleia Legislativa. Recebeu também a Ordem Estadual do Pinheiro no grau de Grande Oficial, a mais alta condecoração estadual e a medalha de pacificador Sérgio Vieira de Mello, concedida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O empresário Junior Durski, condecorado pelo sucesso obtido na expansão da rede Madeiro de restaurantes, ganhador de vários prêmios de chef e restaurateur do ano, patrocinados pelas revistas Veja e Quatro Rodas (Abril), Gazeta do Povo e Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), entre outros.

“Esta homenagem ratifica minha certeza de estar trilhando o caminho certo com uma equipe bem liderada. Estou à frente de uma empresa que inclusive cumpre seu papel social, isto é um bom exemplo que sigo disseminando entre os meus familiares e também para as pessoas que me cercam”, agradeceu.

Dedicado à moda masculina e hotelaria (L’Avers e Hotel Del Rey) o empresário Omar Fatuch e a empresária Sonia Regina Barbosa Elias, proprietária da Ton Sur Ton, desde 1992 atuando no mercado de tecidos, confecções e, ultimamente, no ramo de móveis e decorações, foram igualmente incluídos entre os homenageados do Dia do Comerciante, na edição de 2015.

RECONHECIMENTO

_ RAÍZES

Aos 22 anos, o imigrante alemão José Hauer Senior desembarcou em Curitiba no dia 11 de outubro de 1863, aqui fixando raízes e iniciando longa e bem-sucedida carreira no empreendedorismo. Trabalhou como empregado na fabricação de tijolos e na construção da Estrada da Graciosa como cozinheiro e, mais tarde, num estabelecimento do Largo da Ordem dedicado ao comércio de artigos de couro e selaria.

Em maio de 1898, investiu cento e vinte contos de réis (a moeda da época) na aquisição do contrato de concessão da usina de eletricidade de Curitiba, então uma cidade com 40 mil habitantes. Até 1901 a luz elétrica que chegava às casas dos curitibanos era garantida pela empresa José Hauer & Filhos, até ser transferida para o grupo Brazilian Railways.

Ao lado de seu amigo Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul e outros empresários, José Hauer Senior foi um dos fundadores da Associação Comercial do Paraná, em julho de 1890, e primeiro comerciante curitibano a contribuir financeiramente para a defesa da cidade diante da invasão dos maragatos em 1894. Depois de encerrar as atividades retornou para a Alemanha, aqui deixando irmãos e filhos que deram continuidade aos seus próprios negócios.

Em Wiesbaden, construiu um casarão e mandou instalar na fachada uma placa com a inscrição “Curityba”, em memória à cidade que tanto amou. Falecido aos 90 anos, a urna mortuária de José Hauer Senior foi coberta com terra daqui levada especialmente para essa finalidade.

A homenagem da Associação Comercial do Paraná à família Hauer, presente e atuante em vários ramos de negócios há 152 anos em nosso Estado, é “o reconhecimento do esforço realizado pelos pioneiros e descendentes que ajudaram a construir a riqueza do Paraná”, lembrou Antonio Miguel Espolador Neto, presidente da entidade. ∞

_ DIPLOMAS FORAM ENTREGUES PELO PRESIDENTE ANTONIO MIGUEL ESPOLADOR NETO E O VICE CAMILO TURMINA

FOTOS: DIVULGAÇÃO / ACP



_ SONIA REGINA BARBOSA ELIAS



_ GEROLDO HAUER



_ OMAR FATUCH



_ JUNIOR DURSKI



_ DARCI PIANA

Lava Jato é esperança e inspiração

OPERAÇÃO JÁ DEVOLVEU MAIS DE R\$ 800 MILHÕES AOS COFRES PÚBLICOS

“Vale a pena lutar pelo nosso país e eu não vou desistir”, foi o resumo da mensagem transmitida pelo procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da Operação Lava Jato, durante reunião-almoço do Rotary Clube Curitiba Centro em colaboração com o Conselho Político da entidade do setor produtivo. O evento teve a participação dos presidentes Antonio Miguel Espolador Neto, da ACP, e Brasília Teixeira de Brito, do Rotary, além de dezenas de convidados.

Desde 2003 no Ministério Público Federal, depois de passar um ano estudando na Universidade Harvard (EUA), onde se especializou na legislação de combate ao chamado crime de colarinho branco, Dallagnol foi um dos procuradores federais que atuou, há alguns anos, no caso Banestado.

Coordenador da Lava Jato, que considerou “uma esperança e inspiração para a sociedade brasileira”, o integrante de maior relevo após o juiz federal Sérgio Moro, Dallagnol abriu a exposição enfatizando



CÉSAR FELISBINO/ROTARY

que sua missão pessoal “é servir à sociedade, porque foi ela quem nos contratou para a realização desse trabalho”.

Segundo ele a operação já alcançou 150 pessoas e produziu um feito inédito na história brasileira, ou seja, “a devolução aos cofres públicos de R\$ 850 milhões do resultado da propina”.

_ RESULTADO PROMISSOR

O resultado é promissor, frisou Deltan, porque nos demais processos de corrupção investigados até agora “o total devolvido não passou de R\$ 45 milhões”. Lembrou, ainda, que no caso investigado pela Lava Jato, o Petrolão, o total estimado da propina é de R\$ 6,2 bilhões. “Entretanto, como muitos afirmam, esta é apenas a ponta do iceberg, pois a própria Organização das Nações Unidas (ONU) admite que o total da corrupção no Brasil é de R\$ 200 bilhões anuais”, observou.

Caso esse dinheiro não escorresse pelo ralo da corrupção, em grande medida como produto da majoração indevida do custo final das obras públicas,

“O governo teria recursos financeiros para aplicar três vezes mais em educação, duplicar os serviços de segurança pública ou tirar 10 milhões de pessoas da miséria absoluta em que se encontram atualmente”, disse.

Com base na legislação implantada em muitos países e, nesse aspecto o procurador Deltan Dallagnol sublinhou o exemplo de Hong Kong, ex-posseção britânica no território continental da China, “onde a corrupção era sistemática e endêmica nos anos 60 e 70 do século passado”, foi montada a Operação Lava Jato com o objetivo

de transformar a realidade que coloca o Brasil no 69º lugar entre os países “que menos providências assumem no combate à corrupção”, revelou citando dados da Transparência Internacional.

_ ESPERANÇA E INSPIRAÇÃO

O procurador reconheceu que “a Lava Jato não conseguirá mudar toda a situação, mas servirá de esperança e inspiração para a sociedade, pois é ela que tem nas mãos a capacidade, pela atuação de entidades como o Rotary Clube, a Associação Comercial do Paraná, as igrejas e tantas outras, de concretizar as mudanças necessárias”.

Ressaltou que no pacote contra a corrupção três medidas são indispensáveis para o êxito: prevenção, punição exemplar e devolução do dinheiro roubado e o fim da impunidade. O procurador defendeu também penas mais rigorosas para os envolvidos na prática da corrupção.

Ao encerrar, Deltan descreveu o projeto de lei de iniciativa popular denominada “10 Medidas Contra a Corrupção”, que visa obter 1,5 milhão de assinaturas em todo o território nacional a fim de ser

apresentado ao Congresso Nacional.

O projeto dispõe sobre propostas legislativas para aprimorar a prevenção e combate à corrupção e impunidade, entre elas a condenação do enriquecimento ilícito, o aumento das penas para a corrupção e a transformação em crime hediondo quando se tratar de altos valores auferidos ilegalmente, permitir a punição de partidos envolvidos com a corrupção e criminalizar o caixa dois e lavagens eleitorais.

A íntegra das medidas e suas justificativas estão disponíveis no site www.10medidas.mpf.mp.br.

10 medidas contra a
corrupção
www.10medidas.mpf.mp.br



ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

Presença em todo o estado!



- Distribuidora exclusiva das soluções da Boa Vista Serviços no Paraná
- A melhor e mais completa base de informações para crédito e apoio a negócios do Brasil
- Representatividade por meio de parcerias com sindicatos e associações locais.



ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ - CURITIBA

R. XV de Novembro, 621 | Centro
Tel.: 41 3320-2929



UNIDADE MARINGÁ
Av. Paraná, 518 | Sala 04
Centro | 44 3025-1185



UNIDADE LONDRINA
R. Piauí, 399 | Shopping
Comercial São Paulo Tower
Loja 32 | 43 3027-4004



UNIDADE CASCAVEL
Anexo ao SindiLojas
R. Carlos Gomes, 4020
Centro | 45 3039-3662

ACP

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

Desde 1890

BoaVista

Administradora do SCPC

ACP e Fomento Paraná nos Bairros



_ CENTRO

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ (ACP) e a Fomento Paraná estão realizando, ao longo deste ano, uma série de eventos nos bairros de Curitiba. Durante três dias de operação os consumidores podem consultar seus dados pessoais no banco de informações do Seproc/SCPC a fim de verificar eventuais pendências. Por sua vez, os empresários têm acesso a uma gama de soluções para vender com segurança, além de conhecer as linhas de baixo custo operadas pela Fomento Paraná.

_JUVEVÊ

Durante pronunciamento no jantar realizado no Juvevê, o coordenador do Conselho do Comércio Vivo, Camilo Turmina, em referência ao atual momento de crise econômica brasileira e relembrou fatos históricos que resultaram em iniciativas produtivas por meio da união de empresários disse que crises como estas “foram um dos motivos que levaram comerciantes curitibanos a fundarem, anos mais tarde a ACP como forma de unir empresários e ganhar mais força para lutar em prol dos interesses da classe. “E unidos devemos nos manter até hoje. Estamos aqui hoje, acima de tudo para uma reunião de trabalho”, concluiu.



_ JUVEVÊ



_CAJURU

_CAJURU

O presidente da ACP em exercício, Glauco Geara pontuou que a entidade está à disposição dos empresários para intermediar as reivindicações dos bairros junto ao poder público e as instituições do Estado.

Camilo Turmina reforçou a importância deste programa para fomentar os negócios dos micro e pequenos empresários dos bairros de Curitiba, e, além disso, compartilhar com os comerciantes de diversas regiões as ações que a ACP desenvolve em prol do comércio paranaense. “É fundamental que o Comércio Vivo ajude a desenvolver os negócios locais”, salientou.

“O bairro só vai crescer se nós nos unirmos mais”, disse o presidente da Associação do Cajuru, José Carlos de Oliveira, que destacou a necessidade da união dos comerciantes para vencer as dificuldades e fortalecer o comércio do bairro. Com o objetivo de oferecer soluções adequadas para negócios de todos os tamanhos e segmentos, coube ao gerente geral da ACP, Olivio Antonio Zotti, apresentar alguns produtos da ACP e Boa Vista SCPC e da área de Novos Negócios da ACP. Equipes da área comercial da entidade estavam à disposição dos comerciantes para oferecer os produtos e esclarecer dúvidas.

_PINHEIRINHO

Durante o jantar no Pinheirinho, que contou com o apoio do presidente da Associação Comercial do Capão Raso, João Turin, e do administrador regional do Pinheirinho, Edgar Otto Hauber, a segurança do bairro foi o assunto de destaque.

Segundo Turin, a associação mantém uma parceria forte com a Guarda Municipal. Moradores e comerciantes são incentivados a ligar para o fone 153, da Guarda, para fazer denúncias ou sugestões. “A aproximação da comunidade com a corporação é muito importante”, disse.

Com grande presença de policiais militares, a ACP abriu espaço para divulgação de números e a colaboração mútua entre PM e ACP para implementar questões de segurança no bairro. Para estreitar estes laços, o comandante do 13º Batalhão de Polícia da Capital, tenente-coronel Carlos Eduardo Rodrigues Assunção, propôs encontros que proporcionem maior aproximação com os empresários do bairro, localidade que sofre com a criminalidade constante. “Temos aqui uma grande zona de pobreza e população flutuante. São cerca de 100 mil pessoas circulando diariamente devido ao movimento das Centrais de Abastecimento e do shopping. Nosso efetivo de apenas 500 homens não consegue atender a esta grande demanda”, explicou a função. De acordo com Camilo Turmina, o primeiro passo será munir os empresários com informações de prevenção “que dificultarão a vida dos bandidos”. O segundo passo será o incentivo à instalação de câmeras de segurança nos estabelecimentos comerciais, além da conscientização da necessidade do imediato repasse de imagens à polícia quando houver ocorrências. **AO**



_ PINHEIRINHO

SABRINA DEMOZZI / ACP

DIVULGAÇÃO / ACP

VISTA ESSA CAUSA! AJUDE A VIDA A VENCER

ADQUIRA A CAMISETA DA CAMPANHA OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL



POR APENAS
R\$ 25,00
CADA

PARTE DA ARRECADAÇÃO SERÁ DOADA
PARA O HOSPITAL ERASTO GAERTNER

INFORMAÇÕES:

41 3320-2929 | sac@acp.org.br

PONTOS DE VENDA:

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
RUA PRES. FARIA, 101 | CENTRO | CURITIBA-PR

AGÊNCIAS SICOOB

- CURITIBA
- ARAUCÁRIA
- CAMPINA GRANDE DO SUL
- CAMPO LARGO
- FAZENDA RIO GRANDE
- FLORIANÓPOLIS
- GUARAPUAVA
- GUARATUBA
- IRATI
- LAPA
- MANDIRITUBA
- PINHAIS
- PONTA GROSSA
- SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



Da panificação ao cartão de crédito, empresa tem mais de um século de atuação

COM SEDE EM CURITIBA, A SENFF FOI FUNDADA EM 1892 E COMEMORA 15 ANOS EM NOVO SETOR



FOTOS: DIVULGAÇÃO/ ARQUIVOSENFF

— O INÍCIO DA SENFF, EM 1920, QUANDO ERA UM ESTABELECIMENTO COMERCIAL

O BRASIL DO SÉCULO XIX estava em ebulição. A República havia sido proclamada há apenas três anos e o país respirava os primeiros anos sem a escravidão, recentemente abolida. Em São Paulo, uma cidade com pouco mais de 65 mil habitantes, o Viaduto do Chá era inaugurado. A efervescência social da época provocava conflitos em diversos estados.

Na pacata Curitiba, Rodolpho Senff construía uma pequena padaria que daria origem a um negócio que iria atravessar mais de um século. A padaria funcionou até 1912 e depois disso ganhou ampliação com a venda de secos e molhados.

Com a chegada dos anos 20, a mo-

dernidade começou a influenciar o Brasil. Autoatendimento era palavra-chave para quem tinha um comércio. Dos atendentes, os produtos passaram a ser dispostos nas prateleiras e os clientes tinham acesso a eles. A Senff foi pioneira no lançamento de produtos com a marca própria.

Nos anos 60, a empresa lançou as bases para o que conhecemos como o supermercado moderno de hoje, invenção notadamente inspirada no American Way of Life, afinal de contas, nessa época, os Estados Unidos já eram a grande referência cultural em todo o mundo. Louças, ferragens e outros produtos foram se in-

serindo no pequeno comércio.

Depois disso, em 1975, a Senff cria uma grande marca no Paraná que são os Supermercados Parati. “Sem dúvida, esse foi um dos estabelecimentos comerciais mais lembrados por várias gerações no Paraná”, conta Leopoldo Senff, presidente da empresa.

O supermercado Parati foi um dos primeiros a fazer entregas pela internet. Em 2000, ocorreu a venda dos supermercados Parati para a rede Pão de Açúcar. Na época, o Parati estava desenvolvendo um projeto de cartão com marca própria e foi essa iniciativa que levou a Senff para um novo negócio.

DO VAREJO À OPERAÇÃO DE CARTÕES

Os anos 2000 marcam a entrada da Senff na operação de cartões com marca própria. De lá pra cá a empresa não para de crescer. “Temos uma oferta para todos os tipos de necessidades dos clientes, pois vendemos soluções”, explica Werther Liconti, diretor comercial da empresa. “Dos cartões com bandeira própria para os estabelecimentos, também temos os chamados cartões benefícios e os cartões controle de frotas, cada um com sua especificidade”, completa o diretor.

Uma das grandes preocupações da Senff é com o atendimento ao público. Essa obstinação garantiu no ano passado, a indicação para finalistas do “Prêmio Época Reclame AQUI – As melhores empresas para o consumidor 2014”. O prêmio foi criado com a finalidade de incentivar as empresas a buscarem excelência no atendimento, realizando esforços para melhorar o relacionamento com o novo consumidor e atingir alto índice de eficiência na solução de problemas.

A Senff concorreu com mais quatro empresas na categoria Bancos e Serviços Financeiros. “Nós trabalhamos para garantir o melhor e mais rápido atendimento. Procuramos estreitar os laços com nossos clientes diariamente e cada setor tem papel fundamental nesta conquista”, afirma Liconti.

A Central de Atendimento da Senff trabalha 24 horas, sete dias por semana. Além disso, os clientes, empresários e lojistas podem entrar em contato pelo site e e-mail. Há pouco mais de dois anos, os canais de relacionamento foram ampliados também para as redes sociais, sendo o Reclame AQUI uma dessas mídias. A reputação da empresa nesse período é avaliada como ótima.

A Senff conta com cerca de 500 funcionários, mais de 1,6 milhão de cartões em circulação e já ultrapassou 40.000 lojas credenciadas, sendo que os negócios da empresa extrapolaram as fronteiras do Paraná e hoje estão estabelecidos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. O crescimento da empresa no primeiro trimestre de 2015 foi de 17,5% em relação ao mesmo período de 2014, enquanto o mercado foi de 10% (segundo a ABECS).



— WERTHER LICONTI, DIRETOR COMERCIAL DA SENFF



— LEOPOLDO SENFF ENTREGANDO UM CARRO NA FEIRA APAS

—SORTE GRANDE

Para conquistar e fidelizar os clientes, a operadora está sempre criando promoções. A Promoção “Cartão Premiado”, desenvolvida pela Senff e sem custo para os lojistas, é um exemplo dessa estratégia. A campanha já premiou seis clientes de varejo com carros zero, além de cartões presentes. Até o final do ano serão sorteados mais três carros e 27 cartões.

Para Leopoldo Senff, quarta geração da família à frente dos negócios, as promoções são importantes. “É uma espécie de contribuição também para aquele cliente fiel”, diz. Sobre a experiência de estar à frente da empresa, o empresário afirma ser um aprendizado sempre.

“Nasci dentro do varejo e o cartão é um instrumento de apoio que muitas vezes ajuda aumentar a venda. Nosso trabalho é identificar a necessidade do varejista e por isso somos diferentes de uma instituição financeira, de um banco”, analisa.

Sobre os planos de expansão da empresa, Leopoldo diz que o foco tem sido a região Sul e Sudeste. “O Brasil é muito grande, nós só teríamos um plano de expansão nacional se com a certeza de que poderíamos manter o mesmo padrão de atendimento, que outros não têm, e que por isso nos diferencia”, finaliza. ∞

AGENDA DE CURSOS



SETEMBRO DE 2015

01	Palestra: Vendas no Varejo 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 60,00 Não associado: R\$ 80,00
01 a 03	Liderança e Formação de Equipe 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
08 a 10	Atendimento ao Cliente 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
14 a 18	Imagem Corporativa 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 180,00 Não associado: R\$ 360,00
14 a 16	Vendas Nota Dez 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
14 a 18	MS Excel – Intermediário 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 195,00 Não associado: R\$ 340,00

15 a 17	Telemarketing 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
21 a 23	Concessão de Crédito Pessoa Física 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
22 e 24	Oratória e Comunicação 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
28 a 30	Cobrança e Negociação por Telefone 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
28 e 02	Vitrinismo & Visual de Loja 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 180,00 Não associado: R\$ 360,00
29	Palestra: Fraudes Documentais - Como Ocorrem 19h às 21h Associado ou Estudante: R\$ 60,00 Não associado: R\$ 80,00



AGENDA DE CURSOS



OUTUBRO DE 2015

05 a 07	Vendas Nota Dez 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
05 a 09	MS Excel – Básico 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 165,00 Não associado: R\$ 280,00
05 a 09	Vendendo Moda 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 180,00 Não associado: R\$ 360,00
06 a 07	Liderança e Formação de Equipe 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
13 a 15	Atendimento ao Cliente 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
19 a 21	Concessão de Crédito Pessoa Física 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
15 a 17	Telemarketing 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
27 a 27	Cobrança e Negociação por Telefone 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00

NOVEMBRO DE 2015

03 a 05	Liderança e Formação de Equipe 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
09 a 11	Vendas Nota Dez 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
09 a 13	MS Excel – Avançado 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 225,00 Não associado: R\$ 390,00
10 a 12	Atendimento ao Cliente 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
11 a 13	Concessão de Crédito Pessoa Física 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
17 a 19	Telemarketing 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
23 a 25	Cobrança e Negociação por Telefone 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 140,00 Não associado: R\$ 280,00
23 a 27	Vitrinismo & Visual de Loja 19:00 às 22:00 h Associado ou Estudante: R\$ 180,00 Não associado: R\$ 360,00
30 a 04	Personal Stylist 19h às 22h Associado ou Estudante: R\$ 180,00 Não associado: R\$ 360,00



Boletim Legislativo ACP

A - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

01 - Mediação em conflitos na Administração Pública. Lei 13.140, de 29 de julho de 2015.

Dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.

02 - Atualização do Salário Mínimo. Lei 13.152, de 29 de julho de 2015.

Como parâmetro de preservação do poder aquisitivo do salário-mínimo, determina a aplicação do percentual equivalente à variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), apurada pelo IBGE, acrescido, a título de aumento real, do percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB.

03 - Redução de Litígios Tributários. MP 685, de 21 de julho de 2015.

Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários – PRORELIT, possibilitando ao sujeito passivo com débitos de natureza tributária, vencidos até 30 de junho de 2015 e em discussão administrativa ou judicial, desistir do contencioso e utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2015, para a quitação dos débitos em contencioso administrativo ou judicial. Para aderir ao programa, o sujeito passivo deverá apresentar requerimento até 30.09.2015, comprovado a desistência expressa e irrevogável das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados e renunciar a qualquer alegação de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações.

04 - Arbitragem no setor portuário. Decreto 8.465, de 8 de junho de 2015.

Regulamenta a utilização da arbitragem para dirimir litígios que envolvam a União ou as entidades da administração pública federal indireta e as concessionárias, arrendatárias, autorizatárias ou os operadores portuários em relação ao inadimplemento no recolhimento de tarifas portuárias ou outras obrigações financeiras perante a administração do porto e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq.

B - SENADO FEDERAL

05 - Jornada de trabalho de profissionais farmacêuticos. PLS 513/2015. Senadora Vanessa Grazziotin (PC do B/AM).

Assegura aos farmacêuticos, com contratos de trabalho em andamento ou não, a duração do trabalho normal não superior a 30 (trinta) horas semanais.

06 - Juros sobre cartão de crédito. PLS 422/2015. Senador Ciro Nogueira (PP/PI).

As administradoras de cartões de crédito deverão especificar, de maneira ostensiva e adequada, na fatura mensal, ao lado do campo contendo a informação do valor mínimo para pagamento, as taxas de juros mensais e anuais referentes a eventual financiamento do saldo restante.

C - CÂMARA DOS DEPUTADOS

07 - Menor aprendiz. PEC 107/2015. Professor Victorio Galli (PSC/MT).

Autoriza os jovens com idade superior a 16 anos assinar suas carteiras de trabalho não mais como aprendiz.

09 - Salários Delegados e profissionais da Advocacia Geral da União. PL 443/2009. Bonifácio de Andrada - PSDB/MG.

Propõe que os salários dos profissionais da Advocacia-Geral da União e de delegados sejam de 90% dos salários dos ministros do STF.

10 - Direito de ser esquecido. PL 7881/2014. Eduardo Cunha - PMDB/RJ.

Propõe que, por iniciativa de qualquer cidadão ou a pedido da pessoa envolvida, sejam removidos os links dos mecanismos de busca da internet que façam referência a dados irrelevantes ou defasados.

11 - Jornada de trabalho variável. PL 726/2015. Autor: Carlos Eduardo Cadoca - Pc do B/PB.

Regulamenta a jornada de trabalho variável, exigindo: (i) prévia autorização em acordo coletivo; (ii) estabelecimento dos horários com antecedência; (iii) pagamento do salário mínimo.

D - GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

12 - ICMS para ramo de alimentação. Decreto 2003/2015.

O contribuinte do ramo de fornecimento de alimentação poderá, em substituição ao regime normal de apuração do ICMS estabelecido no art. 24 do Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012, calcular o imposto devido mensalmente mediante aplicação do percentual de 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) sobre a receita bruta auferida, desde que utilize equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF ou emita Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 65 (§ 9º do art. 25 da Lei n. 11.580/1996).



E - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

13 - Transparência na Administração Pública. PL 590/2015. Deputado Paranhos (PSC/PR).

Obriga a Administração Pública de manter dados atualizados sobre obras em andamento. Tais informativos devem conter, no mínimo, cópia do contrato e termos aditivos, cópia do projeto básico e de execução da obra e relatório trimestral de andamento das obras.

14 - Interrupção de abastecimento de água. PL 597/2015. Deputado Ney Leprevost (PSD/PR).

Permite a interrupção do abastecimento de água somente 15 (quinze) dias após comunicação escrita e de conhecimento comprovado do proprietário ou ocupante do imóvel.

F - PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

15 - Aluguel Social. Lei nº 14.700/2015.

Cria, define critérios, diretrizes e procedimentos para o Programa de Aluguel Social no Município de Curitiba e estabelece a concessão de benefício financeiro mensal para pagamento de aluguel de imóveis de terceiros, em favor de famílias na situação habitacional de emergência e de baixa renda, as quais residam há mais de 1 (um) ano em Curitiba, e não possuam imóvel próprio, no Município, ou fora dele.

16 - Plano Municipal de Educação. Lei nº 14.681/2015.

Determina 10 (dez) diretrizes da Educação Municipal: I - superação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania, de valores da família e na superação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - fortalecimento da gestão democrática e dos princípios que a fundamentam; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do município; VIII - valorização dos profissionais da educação escolar básica; IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural e à sustentabilidade socioambiental, com direito à identidade biológica; X - fortalecimento do regime de colaboração.



G - CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

17 - Inauguração de obras. PL nº 005.00003.2015. Carla Pimentel (PSC).

Proíbe a inauguração de obras públicas incompletas ou que não atendam ao fim que se destinam, no âmbito do município de Curitiba.

18 - Aplicativos de mobilidade urbana. PL nº 005.00149.2015. Chico do Uberaba (PMN).

Determina que os serviços de transporte serão monopólio daqueles que tiverem concessões e permissões do Poder Público Municipal. Proíbe expressamente o aplicativo UBER e semelhantes de atenderem ao mercado curitibano.



H - JUDICIÁRIO

19 - Beneficiário por Seguro de Vida Resp. nº 1.401.538-RJ – Relator: Ministro Ricardo Villas Boas Cueva.

Em casos em que não há indicação de beneficiários em seguro de vida, o companheiro ou companheira em união estável tem direito a ficar com parte da indenização que seria devida ao cônjuge separado de fato, mas não judicialmente.

20 - Despesas de moradia dos empregados. RR-2862300-73.2008.5.09.0001. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais.

O TST entendeu como salário, assim, passível de tributação, pagamento de aluguel pela empresa nos casos em que o empregado muda de cidade exclusivamente para exercer a atividade na qual foi contratado.



GLOSSÁRIO - SIGLAS

MP - Medida Provisória
PEC - Proposta de Emenda Constitucional

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL - Projeto de Lei Ordinária tramitando na Câmara do Deputados

SENADO FEDERAL

PLS - Projeto de Lei Ordinária tramitando no Senado Federal

PLS-C - Projeto de Lei Complementar tramitando no Senado Federal

PRS - Projeto de Resolução do Senado

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

JUDICIÁRIO

MP - Ministério Público

TJPR - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO



MARKETING SERVICES

ENCONTRE E IDENTIFIQUE
O SEU **CLIENTE** ONDE ELE ESTIVER



- PROSPECÇÃO QUALIFICADA:

Identificação de clientes potenciais para aumento de lucro na sua carteira de clientes.



- DATA PLUS:

Solução completa para tratar dados e informações de seus clientes e prospects, visando ações de marketing direto, fidelização, *cross selling* e *up selling*.

SOLICITE UMA PROPOSTA:

sac@acp.org.br ou 41 3320-2929



ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
Desde 1890

NFC-e facilita operação comercial



EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO INVESTIRÁ MENOS EM EQUIPAMENTOS E SISTEMAS COM OBRIGATORIEDADE DO NOVO DOCUMENTO FISCAL

COM A CHEGADA DA OBRIGATORIEDADE da Nota Fiscal do Consumidor eletrônica (NFC-e) em vários estados brasileiros, fica mais fácil e barato para os empresários do comércio abrirem novas lojas. Com o novo documento fiscal eletrônico do varejo são necessários menos investimentos em equipamentos, sistemas e até mesmo em papel, o que traz redução de gastos para os negócios.

Antes da implantação da nota fiscal eletrônica, para abrir uma loja, era fundamental que o empresário comprasse uma impressora fiscal (Emissor de Cupom Fiscal – ECF) e ainda um

sistema que se integrasse a essa impressora. Somente o custo do equipamento já ficava em cerca de R\$ 2,5 mil para o lojista. No novo modelo é necessária apenas uma impressora não fiscal, que custa em torno de R\$ 500,00. Agora o investimento passa a ser muito menor e pode ser praticamente zero caso o lojista já tenha uma impressora que poderá ser usada na NFC-e.

Neste modelo, além da possibilidade de usar qualquer impressora para imprimir o comprovante de venda, ele também pode ser enviado por e-mail, sem necessidade de impressão e consequente redução de custos com papel.

_ SISTEMA GRATUITO

Outro fator que gerava custos para o lojista era o sistema de informação, que custava uma média de R\$ 3 mil por ponto de venda, para licença e implantação do sistema. Agora o empresário não precisa mais se preocupar com isso, pois a ACP disponibiliza o sistema myrp gratuito, e passa a ser necessário somente um certificado digital e um computador com acesso à Internet.

O sistema oferecido pela ACP começou a operar em setembro, em uma versão mais completa no modelo de Cloud Computing, na Nuvem, e por conta disso, o varejista terá como grande benefício a garantia da informação, pois não precisará investir em servidores, estruturas de backup e rede.

Outra vantagem é que o sistema já vem pronto para a Nota Paraná, um modelo onde o contribuinte, ao informar seu CPF na nota, receberá futuros descontos em tributos. Isso será uma revolução no varejo, não só do Paraná, mas também em outros estados do Brasil que estão aderindo a este novo modelo.

Conheça o myrp varejo oferecido pela ACP em www.acpr.com.br/varejo.





_ A NOTA FISCAL PODE SER ACESSADA PELA INTERNET ATRAVÉS DE UM APLICATIVO DE CELULAR QUE LÊ O QR CODE

_ NOTA PARANÁ

Programa devolve ao contribuinte 30% do ICMS recolhido pelas empresas.

O Nota Paraná, programa que tem o objetivo de incentivar o consumidor a pedir a nota fiscal todas as vezes em que efetuar uma compra foi implantado recentemente no estado oferecendo benefícios para os cidadãos e estímulo, o Estado devolverá para os contribuintes 30% do ICMS que for recolhido pelas empresas. Para usufruir dos benefícios, a dica é: sempre que pedir a nota, informe seu CPF.

“Este é um programa testado e aprovado em outros estados brasileiros que, além compensar os contribuintes, irá aumentar a arrecadação no Paraná sem acréscimos de impostos. Vai garantir mais recursos para obras, combater a sonegação fiscal e a concorrência desleal no comércio”, disse Richa. O governador explicou que o Nota Paraná faz parte de um conjunto de medidas de ajuste fiscal que o Estado tem tomado para enfrentar esse período de crise econômica nacional.

“Enquanto a União e muitos estados brasileiros estão começando a sentir os efeitos da crise, o Paraná sai na frente e demonstra melhoria nas finanças. Graças ao ajuste fiscal que implantamos”. Ele lembrou ainda que as prefeituras serão beneficiadas com aumento da arrecadação com o Nota Paraná.

O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, explicou o programa e fez um balanço da situação financeira do Estado. “É um programa que reduzirá a carga tributária individual com o ressarcimento de parte do dinheiro pago”, afirma, acres-

centando que a iniciativa trará como retorno investimentos em infraestrutura e serviços.

► **EMPRESAS E GOVERNO** - Além de vantagens para o consumidor, o programa também é benéfico para as empresas e para o governo estadual. Para o Governo, haverá redução na sonegação, aumento na arrecadação e, com isso, melhorias nos serviços prestados à população. “Todo mundo ganha. O único que perde é o sonegador, que não terá mais como fugir da obrigação de contribuir”, avaliou o secretário.

Com base do programa em São Paulo, a expectativa do secretário Mauro Ricardo é que o Nota Paraná aumente a receita em R\$ 770 milhões em dois anos e meio. Tirando os gastos com o programa, devem ser arrecadados R\$ 455 milhões a mais no período. “Não basta aumentar alíquotas de impostos, é preciso combater a sonegação fiscal”, disse ele.

Para os empresários, o programa ajuda a reduzir a concorrência desleal e estimula o relacionamento com os consumidores. Antonio Miguel Espolador Neto, presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), elogiou o programa e disse que o Nota Paraná irá beneficiar o bom empresário que cumpre com suas obrigações. “Para os empresários, principalmente comerciantes, esse projeto é muito importante para garantir uma competitividade mais leal e equalizar os deveres de todo mundo. A sonegação prejudica o bom empresário e por isso precisa ser combatida”, defendeu.

► **SORTEIOS E PREMIAÇÕES** - Haverá sorteios com a distribuição de 250 mil prêmios em dinheiro todos os meses. Na primeira nota emitida em cada mês, independentemente do valor, o consumidor receberá um bilhete eletrônico para concorrer a prêmios em dinheiro e a cada R\$ 50 em notas fiscais registradas será atribuído um bilhete eletrônico para participação nos sorteios.

Os sorteios serão mensais, tendo por base os números da Loteria Federal, e o primeiro acontecerá em novembro. A divulgação dos resultados será sempre no último dia útil de cada mês. Para participar, basta acessar o sistema e aderir ao regulamento até o dia 10 do mês do sorteio. A adesão será feita uma única vez e depois será válida para todos os sorteios.

Mensalmente serão sorteados prêmios de R\$ 50 mil, R\$ 30 mil e R\$ 20 mil e milhares de outros prêmios de valores menores. O valor do prêmio será creditado no extrato do cliente no portal da Nota Paraná.

► **IPVA OU CELULAR** - Para fazer parte do programa é simples. Quando efetuar uma compra, o consumidor pede a nota fiscal e informa seu número de CPF. A emissão da nota é obrigatória para a empresa, que terá de perguntar se o consumidor deseja colocar nela seu número de CPF, sob pena de multa se não o fizer.

Os créditos serão liberados no terceiro mês após a compra e poderão ser usados no prazo de 12 meses. O próprio consumidor escolhe de que forma deseja recebê-los. Pode ser em depósito em conta corrente ou poupança, para abater do valor do IPVA ou para a compra de créditos em planos pré-pagos de celulares.

Os valores mínimos são R\$ 25 para depósito bancário, R\$ 5 para créditos em celulares ou qualquer valor para abater no IPVA. Mas estão impedidos de usar os créditos pessoas físicas e jurídicas que estiverem inadimplentes perante o Estado do Paraná.

Os participantes poderão ter acesso ao sistema e checar seus dados no portal do programa (www.notaparana.pr.gov.br). Para obter uma senha individual, é preciso preencher formulário eletrônico com dados cadastrais básicos.



CASSIANE ZAMBÃO

Apesar das dificuldades econômicas a ACP continua crescendo

INFLAÇÃO, JUROS ELEVADOS E INADIMPLÊNCIA COMPROMETERAM RITMO DO COMÉRCIO, MAS A ENTIDADE SEGUIU APOSTANDO NA MODERNIZAÇÃO

NO ENCERRAMENTO dos primeiros 12 meses na direção da Associação Comercial do Paraná, no ano fiscal compreendido por julho de 2014 a junho de 2015, o presidente Antonio Miguel Espolador Neto fez um balanço favorável da gestão, embora reconhecendo as inúmeras dificuldades ocasionadas pela crise institucional que o Brasil atravessa, assinalando que “o maior desses entraves é a recessão que inibiu a produção industrial, o movimento do comércio e da prestação de serviços”.

Espolador lembrou que a sociedade está arcando hoje com realidades que to-

dos imaginavam superadas, tais como a inflação, preços e juros elevados, inadimplência, que em conjunto “restringem o crescimento do Produto Interno Bruto”.

O presidente da ACP citou ainda que o crescimento do PIB em 2015 será negativo e o Banco Central, segundo previsões do Boletim Focus, que reproduz mensalmente a média do pensamento de duas mil empresas de todo o país, não há nenhum indício confiável sobre a retomada do ritmo da economia em 2016.

Entretanto, o presidente tem feito questão de reiterar que apesar das dificuldades, “a maior parte das metas

estabelecidas para o primeiro ano de mandato foi alcançada”. A entidade conseguiu se expandir mesmo num ambiente de crise, revelou, optando por ajustes necessários na equipe de colaboradores e também em setores administrativos, com o enxugamento da estrutura “a fim de agilizar o atendimento das demandas colocadas pelos associados”.

Com extensa folha de compromissos históricos ao longo dos seus 125 anos de existência, a ACP jamais se afastou da linha de pensamento que respaldou uma atuação apolítica e apartidária, portanto independente,

mas acima de tudo rigorosa na defesa dos interesses do setor produtivo e de seus associados.

Em momentos recentes a ACP não só apoiou, mas tornou-se signatária, ao lado de entidades reconhecidas pela sociedade, dos manifestos “O Brasil que Queremos” e “O Paraná que Queremos”, posições que tiveram ampla repercussão nacional. Foi também memorável a luta pela preservação do patrimônio representado pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que o governo estadual pretendia vender à iniciativa privada.

Mais tarde, a entidade somou-se ao movimento cívico exigindo transparência e austeridade no trato dos recursos públicos, no rumoroso episódio dos “Diários Secretos” da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). A ACP sempre repudiou como fator nocivo ao desenvolvimento econômico a corrupção com o dinheiro público, ao mesmo tempo em que exigia a imediata reforma de um sistema que transforma em tributo cerca de 35% de toda a riqueza gerada pelo sistema produtivo no período de um ano. Também são bandeiras de luta da entidade as reformas política, trabalhista e previdenciária, assim como a aplicação de maior volume de recursos na infraestrutura e nas políticas públicas de saúde, educação, segurança e habitação popular, entre outras.

Preocupada com a modernização da gestão, a Associação Comercial do Paraná constituiu um grupo de trabalho com a finalidade de sugerir alterações estatutárias, que foram discutidas e aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 13 de agosto último.

Dentre as alterações mais importantes se destacam a fixação do mandato dos próximos presidentes em três anos, extinguindo-se o instituto da reeleição, estabelecendo-se o ano fiscal de janeiro a dezembro. Também foram criados os conselhos de Economia e Finanças e o Conselho Jurídico.

– ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) destinada à apresentação e aprovação das contas relativas ao período de julho de 2014 e junho passado foi realizada sob comando do presidente Antonio Miguel Espolador Neto e mesa diretora composta pelos vice-presidentes Dalton Rispoli, Gláucio Geara, Walter Roque Martello, José Eduardo de Moraes Sarmento e coordenadores dos Conselhos Superior Fiscal e Deliberativo, respectivamente, Arnaldo Rebello, Norman de Paula Arruda Filho e Gilberto Degerone.

As respectivas contas foram analisadas pela KPMG, uma auditoria independente que emitiu parecer favorável assinado pelo contador Cristiano Aurélio Kruk, além dos pareceres dos Conselhos Fiscal e Superior.

Submetidas à apreciação da AGO pelo vice-presidente Walter Roque Martello (1º tesoureiro da ACP) e do gerente geral Olívio Zotti, as contas do período de 12 meses foram aprovadas por unanimidade.

Da mesma forma, a assembleia também aprovou o orçamento da entidade para o semestre julho/dezembro de 2015, tendo em vista a alteração estatutária que determina a adoção do calendário gregoriano — janeiro a dezembro — para o ano fiscal da entidade.

O vice-presidente Gláucio Geara, que secretariou a sessão, apresentou um balanço das principais atividades desenvolvidas pela ACP nos últimos 12 meses, o primeiro ano da atual gestão, destacando as homenagens prestadas ao ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, ao

ministro Néfi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a entrega da Comenda Barão do Serro Azul ao ex-governador João Eliseo Ferraz de Campos.

Geara também lembrou a atuação dos conselhos temáticos da instituição, da Câmara de Mediação e Arbitragem (Arbitac) e da Escola de Comércio ACP, citando ainda as atividades dos setores de comércio e novos produtos.

O vice-presidente Odone Fortes Martins adiantou o conteúdo básico da proposta de modernização dos estatutos da entidade, que seria votada à noite, no transcurso da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), no restaurante Madalosso. Das alterações constam a modificação do ano fiscal para janeiro/dezembro, a fixação de três anos para o mandato dos próximos presidentes e o fim da reeleição. Em vista disso, a AGE deverá aprovar a prorrogação de sete meses do mandato do atual presidente para o fechamento do período e a convocação de novas eleições.

Conforme manifestação do ex-presidente Edson José Ramon, a proposta de modernização estatutária acatou a sugestão de que os próximos candidatos à presidência da Associação Comercial do Paraná “tenham anteriormente integrado um dos conselhos da Casa”.

Finalizando, o consultor jurídico Cleverson Marinho Teixeira explanou a medida que autoriza a entidade a impetrar mandados de segurança coletivos em defesa dos interesses dos empreendedores e do próprio desenvolvimento econômico.

DIVULGAÇÃO / ACP





_ ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Associação Comercial do Paraná realizou Assembleia Geral Extraordinária (AGE), no restaurante Madalosso, a fim de cumprir a agenda que colocou em discussão a modernização dos estatutos da entidade.

Na ocasião, o presidente declarou que “o principal desafio era prosseguir o plano de expansão da ACP, conciliando este objetivo com o cenário político-econômico adverso, que afeta a entidade e a todos os associados”. Disse ainda que “algumas medidas foram indispensáveis na readequação da equipe, com ajustes importantes ditados pela realidade financeira da entidade, com o enxugamento da estrutura”.

De acordo com Espolador, a meta que tem norteado a gestão, que completou o primeiro ano, visa aproximar cada vez mais a entidade do associado, ação que produziu bons resultados. Um exemplo é o projeto ACP e Fomento nos Bairros, mediante o qual se estabelece a possibilidade do contato direto com empresários das diversas regiões de Curitiba.

Com cerca de 30 mil associados diretos e indiretos, a ACP pode afirmar que está presente em todas as regiões do Paraná, operando em escritórios próprios ou por meio de parcerias com outras entidades.

_ MODERNIZAÇÃO

As alterações estatutárias, visando a modernização da gestão administrativa da entidade, segundo o vice-presidente Odone Fortes Martins, “são necessárias para estabelecer consonância com os valores dos novos tempos. Isto é indispensável para que a entidade continue sendo eficiente no cumprimento do seu papel de bem representar seus associados”.

O relator da proposta de alteração discorreu sobre o conteúdo da mesma, assinalando a fixação de três anos para o mandato dos próximos presidentes e o fim da reeleição, prorrogação de sete meses do mandato do atual presidente para o fechamento do período e a convocação de novas eleições, fixação do ano fiscal de janeiro a dezembro, além da ampliação do número de conselhos temáticos. **AO**



FOTOS: DIVULGAÇÃO / ACP

“As alterações estatutárias são necessárias para estabelecer consonância com os valores dos novos tempos”

ODONE FORTES MARTINS
VICE PRESIDENTE

CARO ASSOCIADO, EVITE MULTAS: REGULARIZE SUA SITUAÇÃO E FIQUE EM DIA COM O FISCO!

CONHEÇA O MYRP VAREJO, UM SISTEMA DE GESTÃO
100% PRONTO PARA A NOTA FISCAL DE CONSUMIDOR ELETRÔNICA!

A EMISSÃO DE NFC-e É OBRIGATÓRIA NO ESTADO DO PARANÁ DESDE 1º DE JULHO DE 2015!

FIQUE ATENTO, EVITE COMPLICAÇÕES COM A SECRETARIA DA FAZENDA

Desde que começou a entrar em vigor a obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal de Consumidor eletrônica (NFC-e) em diversos estados, clientes e lojistas passaram a ter um novo modelo de documento fiscal para o varejo.



SUA EMPRESA SEMPRE EM DIA COM O FISCO

Atualização fiscal e
tecnológica constante,
automática e sem custos!



MOBILIDADE E INOVAÇÃO NAS VENDAS

Inove com o uso de
tablets e smartphones
para fechar suas vendas!



SUAS VENDAS NÃO PARAM NUNCA

Integração com o FISCO
e contingenciamento
off-line inteligente!



MENOS BUROCRACIA, MAIS PRATICIDADE!

Não precisa de
homologação, nem de
impressora fiscal!



MENOS INVESTIMENTO, MAIS ECONOMIA!

Você só precisa de uma
conexão com a internet e
uma impressora não fiscal!



SIMPLICIDADE E EFICIÊNCIA

O Myrp Varejo é simples
e eficiente, como toda
empresa deve ser!



Tem dúvidas sobre a NFC-e?
Entre em contato com a ACP

LIGUE (41) 3320-2929
sac@acp.org.br
www.acpr.com.br/varejo



FOTOS: DIVULGAÇÃO /ACP

Lei anticorrupção em pauta

No caso de responsabilidade objetiva da pessoa jurídica a lei preconiza que a empresa seja responsabilizada, mesmo não sendo necessária a comprovação da intenção de dirigentes em lesar o erário

A LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA (12.846/13) e o sistema de compliance foram os temas do debate promovido pelo Conselho Político com a moderação do advogado Marcelo Teixeira, sócio do escritório CMT Advogados. Dividido em dois blocos, o debate teve a intervenção dos advogados Cleverson Marinho Teixeira, Renato Caovilla e Claudio Pettigiani, na primeira parte, e ainda dos juristas Bruno Guandalini, Anne Carolina Marciquevik, José Laurindo de Souza Neto, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Mateus Eduardo Bertoncini, promotor do Ministério Público Estadual, que apresentaram suas reflexões no bloco de encerramento.

Titular do escritório CMT Advogados e consultor jurídico da ACP, Cleverson Teixeira lembrou a preocupação da entidade com a questão desde a entrada em vigor do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, nos anos 90. Na época, revelou, a ACP promoveu uma série de viagens ao interior do Paraná, “com o objetivo de conscientizar os empresários a seguir rigorosamente todos os dispositivos do código”.

Cleverson chamou a atenção para o fato de que inúmeros dispositivos da Lei Anticorrupção estão claramente consagrados no Código Penal Brasileiro, embora tenha enfatizado a necessidade de nova postura ética das empresas privadas em suas relações com a administração pública.

O debate teve a intervenção dos advogados Cleverson Marinho Teixeira, Renato Caovilla e Claudio Pettigiani

_CONFORMIDADE

Renato Caovilla baseou sua fala no sistema de compliance, termo inglês cuja tradução para o português é “conformidade”, assinalando que essa “é a nova regra do jogo como o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor foi há alguns anos”.

Segundo ele a conclusão é simples: “Que se cumpram as leis”, observando que no Brasil “R\$ 50 bilhões são sugados todo ano pelo ralo da corrupção”.

O jurista explicou, ainda, que o sistema legal de conformidade com regras informais, morais e éticas estabelecidas entre pessoas públicas e privadas foi implantado em 1977, nos Estados Unidos, sob o impacto da renúncia do então presidente Richard Nixon, face à invasão por integrantes do Partido Republicano, do comitê central do então candidato à presidência pelo Partido Democrata, no rumoroso episódio conhecido como Watergate.



“Que se cumpram as leis”

RENATO CAOVI
ADVOCADO



_ SINVAL ZAIDAN, COORDENADOR DO CONSELHO POLÍTICO

_PRÁTICAS ILÍCITAS

A Lei Anticorrupção, publicada pelo Diário Oficial da União em 2 de agosto de 2013, prevê entre outras determinações a responsabilidade civil e administrativa das pessoas jurídicas pela prática de ilícitos contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Aspectos específicos da legislação, incluindo as penas, foram expostos pelos debatedores do segundo bloco, entre os quais se destacou a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica pelos atos de corrupção cometidos em seu interesse ou benefício. A lei preconiza que a empresa seja responsabilizada, mesmo não sendo necessária a comprovação de que houve intenção de dirigentes ou proprietários em lesar o erário.

Na esfera administrativa as multas podem chegar a 20% do faturamento bruto da empresa no exercício anterior, ou de até R\$ 60 milhões caso o cálculo anterior se torne impossível.

Em termos judiciais, a punição poderá acarretar a perda de bens, direitos e valores bem como a suspensão e interdição das atividades, além da proibição do recebimento de qualquer tipo de incentivo financeiro oriundo de entidades públicas pelo prazo de um a cinco anos.

Participaram do evento, entre outros convidados, os vice-presidentes Sinval Lobato Machado, coordenador do Conselho Político e Odone Fortes Martins, o ex-ministro Luiz Carlos Borges da Silveira e Wilson Portes, representando o Movimento Pró-Paraná.

Inovação e atitude

Inovação não é apenas fazer coisas diferentes, mas também fazer as mesmas coisas de formas diferentes. Para isso precisamos pensar fora do quadrado, promover tempestades de idéias, criar ambientes físicos propícios para inovar, espaços abertos, são atitudes que devemos tomar em nossas empresas, para obtermos resultados satisfatórios e inovadores para os nossos clientes.

- ▶ Desperte o sentimento inovador em sua organização, reúna sua equipe e questione: como podemos fazer de maneira diferente e melhor?
- ▶ Lute contra a resistência à mudança. E a forma de quebrar esta resistência e abrir espaço para o novo, é tornar evidente o benefício, pois na medida em que o bem é esclarecido torna-se possível e até desejada a mudança.
- ▶ Lembre-se que somos movidos a incentivos, principalmente através do compartilhamento das informações, o que nos remete ao sentimento de pertencimento. Crie programas e premiações que vão estimular colaboradores a trazer nova abordagem em processos, serviços e produtos.
- ▶ A inovação emerge da colaboração entre pessoas com diversas perspectivas e aptidões. Crie ambientes propícios para desenvolver a criatividade, as novas idéias geralmente surgem das periferias de uma organização.
- ▶ O ambiente físico é um facilitador poderoso de inovações. Desenvolva-o.
- ▶ Promova o debate criativo e inovador, é uma ótima forma para encontrar soluções e tomar decisões.
- ▶ Lembre-se que as inovações só acontecem quando a criatividade é estimulada de forma deliberada.
- ▶ Todas estas atitudes irão disseminar a cultura da inovação em toda a empresa, assim ela estará mais preparada para os desafios presentes e futuros.

Para incentivar e fortalecer a inovação no ambiente produtivo, existe apoio creditício a empresas e a projetos inovadores com recursos da Agência Brasileira de Inovação (FINEP), para o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços, aprimoramento dos já existentes, inovação em marketing, inovação organizacional. ∞

EDUARDO AICHINGUER
COORDENADOR NO INSTITUTO ACP PARA INOVAÇÃO



DIVULGAÇÃO / ACP

Deputado João Arruda visita ACP

O deputado federal João Arruda (PMDB-PR), atual coordenador da bancada federal do Paraná no Congresso Nacional, esteve na ACP em evento promovido em conjunto pelo Conselho Político da entidade e Movimento Pró-Paraná.

“A oportunidade favorece o diálogo com o deputado João Arruda, aclamado pelos demais integrantes da bancada para coordenar a ação dos nossos representantes nas duas Casas do Congresso, no sentido de melhor atender os pleitos de interesse do Estado”, sublinhou Antonio Miguel Espolador Neto, presidente da ACP.

Dentre os assuntos tratados durante o encontro, teve destaque a dificuldade que o governo estadual enfrenta para a liberação de recursos federais para investimentos locais, e também os entraves colocados na obtenção de empréstimos internacionais.

O então presidente do Movimento Pró-Paraná, empresário Jonel Chede, debateu com o coordenador da bancada o andamento da solicitação de mudança das linhas que delimitam nosso mar territorial, a fim de que o Paraná possa obter maior vantagem econômica com a exploração das reservas de petróleo do pré-sal. ∞



DIVULGAÇÃO / ACP

Ministros do TST reunidos em evento nacional do Direito do Trabalho

Os ministros Cláudio Brandão e Luiz Phillipi Vieira de Mello Filho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), foram recebidos em almoço de confraternização oferecido por meio da Câmara de Trabalho e Previdência do Conselho de Tributação e Finanças da ACP. Participou também do encontro o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola.

A confraternização se deveu à realização em Curitiba do II Congresso Nacional do Direito do Trabalho, iniciativa do grupo de pesquisa em Direito do Trabalho da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), com apoio da Associação Comercial do Paraná.

Os ministros da mais alta corte da Justiça do Trabalho no país vieram a Curitiba como convidados pela coordenação do congresso para atuar como conferencistas do referido evento.

O presidente Antonio Miguel Espolador Neto saudou os ministros ressaltando a tradicional interação da entidade com os poderes constituídos da República, especialmente o Judiciário, que “tem papel fundamental no momento de pessimismo e divergências político-partidárias vivido pelo país”, reafirmando que a ACP na condição de representante de mais de 27 mil empresas de todo o



DIVULGAÇÃO / ACP

Paraná, “mantém o otimismo e trabalha no sentido de incentivar a união e integração”.

Um dos organizadores do congresso, advogado Rodrigo Fortunato Goulart, coordenador da Câmara de Trabalho e Previdência e professor da PUC-PR, explicou os objetivos do evento que reuniu pela segunda vez na capital paranaense profissionais do Direito de renome nacional, entre eles o desembargador Sérgio Cavaliere Filho, diretor-geral da Escola

da Magistratura do Rio de Janeiro.

Em nome de seu colega do TST, o ministro Luiz Phillipi agradeceu a manifestação da ACP, assinalando que o “Direito do Trabalho está ajudando a construir um país mais justo, mais solidário e mais igual”, contribuindo também para a “manutenção do equilíbrio entre capital e trabalho”, concluindo que “sem adoçamento das atitudes haveremos de encontrar o caminho mais adequado para todos”. **OX**

Marcos Domakoski é o novo presidente do Pró-Paraná

O desembargador Luís Renato Pedroso, na condição de decano do grupo de fundadores do Movimento Pró-Paraná idealizado pelo jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, então diretor-presidente da Rede Paranaense de Comunicação (RPC), dirigiu a reunião mensal da diretoria e conselhos, dando posse ao empresário Marcos Domakoski como presidente da instituição, em substituição ao presidente anterior Jonel Chete.

Domakoski é ex-presidente da ACP, em cujas dependências está localizada a sede do movimento e atual diretor de gestão empresarial da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Prestigiado por vários integrantes e fundadores do movimento, o novo líder do Movimento Pró-Paraná foi saudado pelo presidente Antonio Miguel Espolador Neto, da ACP, que além das congratulações com o dirigente empresarial, anunciou as providências já tomadas no sentido da ampliação

do espaço físico cedido pela entidade para o funcionamento do Pró-Paraná.

Domakoski citou algumas das principais causas defendidas pela instituição, lembrando os ex-presidentes Francisco Cunha Pereira Filho, Belmiro Valverde e Jonel Chede, “todos eles imbuídos de profundo senso de responsabilidade na luta pelo desenvolvimento do Paraná”, chamando a atenção para as campanhas em prol da implantação do Tribunal Regional Federal (TRF) e a correção das linhas do mar territorial, que possibilitará maior participação do estado nos ganhos obtidos com a exploração das reservas do pré-sal.

Dentre as causas imediatas que a instituição deverá propugnar, Domakoski citou as melhorias necessárias nos setores de infraestrutura e energia, devendo concentrar esforços específicos na discussão do projeto do metrô curitibano, para ele “um tema que para cada dois pareceres técnicos há três opiniões diferentes”.

Na conclusão, se referiu também à partici-



DIVULGAÇÃO / ACP

pação efetiva do Movimento Pró-Paraná na campanha bem-sucedida pela nomeação do jurista paranaense, Luiz Edson Fachin, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). **OX**

Edson Ramon tem retrato descerrado na galeria de honra da ACP

Com uma cerimônia simples de descerramento da fotografia oficial do ex-presidente Edson José Ramon (2010-2014), na galeria de honra da entidade, a ACP encerrou as festividades alusivas aos 125 anos de fundação. A entidade foi fundada no dia 1º de julho de 1890 pelo Barão do Serro Azul e um grupo de empresários curitibanos.

Ex-presidentes, vices, coordenadores de conselhos, empresários, amigos e parentes compareceram para abraçar o ex-presidente Edson Ramon, que em breve e emocionado pronunciamento repetiu uma lição memorável do Barão do Serro Azul, que admitiu como sua principal fonte de inspiração e de muitos dos presentes: “Se alguma coisa valho, só quero valer para o meu querido Paraná”.

Ramon agradeceu àqueles que colaboraram com sua gestão estendida por dois mandatos, sublinhando que na agenda praticada pela ACP “nunca houve falta de trabalho, esforço e dedicação às grandes causas sociais”.

Por sua vez, o atual presidente Antonio Miguel Espolador Neto lembrou a militância de 25 anos na ACP, classificando-a “como um longo período de aprendizado sobre o associativismo”, bem como o exercício da vice-presidência nas gestões de Ramon, quando a “ideia ganhou corpo e foram feitos os entendimentos necessários para o lançamento de minha candidatura à sucessão”.

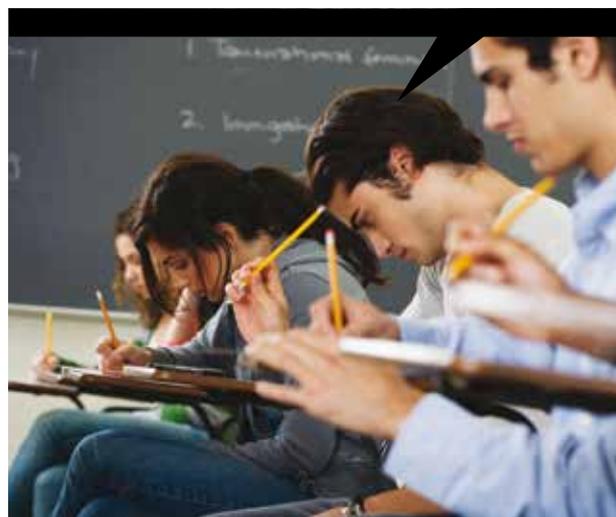
Antonio Miguel destacou os avanços institucionais registrados na administração de seu antecessor, tais como as lutas pela implantação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a remarcação das linhas do mar territorial paranaense, e ainda “a principal bandeira de luta da Casa contra a corrupção na administração pública e a excessiva carga tributária”. **oo**



DIVULGAÇÃO / ACP

Comércio Vivo discute Universidade do Varejo

O Conselho do Comércio Vivo da ACP, representado pelo seu coordenador Camilo Turmina e o vice-presidente Gláucio Geira, receberam os representantes do Centro Universitário Internacional (Uninter), para discutir sobre a Universidade do Varejo. O projeto visa capacitar profissionais atuantes no comércio em suas áreas específicas. Participaram da reunião os representantes da Uninter Alfredo Pires, Antonio Thadeu Wojciechowski, Edna Prigol, Walrides Brevilheri. Estiveram presentes também os representantes da ACP Esdras Leon, Olívio Zotti e Noman Arruda Neto representando o ISAE. **oo**



DIVULGAÇÃO / ACP

Estão abertas as inscrições para o Prêmio Casem de Gestão Sustentável 2015

O concurso premiará as empresas que desenvolvem as melhores práticas de inovação e sustentabilidade durante o ano. Podem concorrer ao prêmio empresas que atuem do Estado do Paraná, tanto na iniciativa privada quanto empresas públicas e entidades de classe. Os primeiros colocados receberão R\$ 3mil em dinheiro nas categorias: gestão de resíduos, gestão inovadora em recursos hídricos, responsabilidade social e ética.

REGULAMENTO

Os projetos inscritos deverão estar em execução há no mínimo um ano, observando-se os seguintes critérios:

- ▶ **GESTÃO DE RESÍDUOS:** Ações que visam gerenciamento de resíduos gerados a partir da atividade comercial, sendo no âmbito do reuso de materiais, da reciclagem, da coleta seletiva e qualquer ação que contribua para a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ▶ **GESTÃO INOVADORA EM RECURSOS HÍDRICOS:** Criação, aprimoramento e mudanças em processos, apresentando novas formas de utilização, reuso e gestão dos recursos hídricos;
- ▶ **RESPONSABILIDADE SOCIAL E ÉTICA:** Ações empresariais que adotem políticas e práticas de gestão responsável, movidas por



DIVULGAÇÃO / ACP

comprometimento ético com a sociedade, ou por um discurso ideológico que viabiliza sua permanência no mercado.

ACP recebe homenagem na Alep

Durante sessão plenária especial da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), realizada por proposição do presidente da Casa, deputado Ademar Traiano, a ACP recebeu homenagem pelos 125 anos de fundação.

De acordo com Traiano, este é um reconhecimento “ao trabalho de idealistas que geram empregos, riquezas e divisas para o Estado do Paraná”. A entidade fundada pelo Barão do Serro Azul nos idos de 1890, completa 125 anos de uma trajetória histórica, sendo a pioneira de todas as entidades do Estado e mãe do associativismo paranaense.

Ao destacar a importância do empreendedorismo para uma nação, em especial a brasileira, pelo complicado momento que atravessa, o presidente do Legislativo estadual disse que “muito mais importante que oferecer uma casa pronta é possibilitar que a população tenha carteira assinada, para que não seja dependente de órgãos públicos”.

Para o presidente da ACP, Antonio Miguel Espolador Neto, permanecem vivos como norteadores da missão da entidade o entusiasmo e a visão de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, que viabilizaram o ideal de reunir em torno de uma causa comum um punhado de homens empreendedores e determinados.



DIVULGAÇÃO / ACP

Além disso, a ACP historicamente tem lutado em favor dos direitos coletivos e contra a corrupção na administração pública. “A ACP jamais se furtou a ocupar sua posição nas trincheiras do civismo, da ética e do respeito ao bem público. Sempre ergueu sua voz em favor das reformas política, tributária, trabalhista e previdenciária”, lembrou Espolador. Ele também destacou “a bandeira de repúdio à corrupção – prática sombria e criminoso que assola o País”.

Espolador concluiu registrando “a indignação por tudo que estamos vendo no Brasil de hoje”, ao mesmo tempo em que

colocou acima de qualquer interesse “a independência política e apartidária sempre praticadas por nossa entidade centenária”.

Prestigiaram a cerimônia o ex-governador Orlando Pessuti e o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, os ex-presidentes da ACP Edson José Ramon e Ardisson Akel, os vices-presidentes Gláucio José Geara, Sinval Lobato Machado, Camilo Turmina e Carlos Eduardo Guimarães e Maria Cristina Coutinho; Norman de Paula Arruda Filho (presidente do Conselho Superior da ACP), João Paulo Koslowski (presidente da Ocepar) e o empresário Fernando Fontana, além de outros convidados.

Conselho da Mulher Empresária apresenta campanhas contra o câncer

O Conselho da Mulher Empresária da ACP, liderado pela empresária Maria Cristina Coutinho, reuniu integrantes do conselho, diretoria da entidade e apoiadores das campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul, contra o câncer de mama e de próstata, respectivamente, para apresentação das diretrizes e camisetas que serão veiculadas e distribuídas durante as ações de conscientização.

Para disseminar o movimento, serão produzidas duas versões de camisetas – uma rosa e outra azul - que terão estampado no peito o tradicional laço que representa a luta contra o câncer, porém a figura será impressa na forma invertida. Assim o símbolo formará a letra “v”, de vitória. Sob o mote “Ajude a vida a vencer, cuide de você”, a campanha foi desenvolvida pela agência Nova Comunicação, coordenada pelo publicitário José Oliva.

Os apoiadores das campanhas, entre parceiros e patrocinadores, são Assovepar, Setran, Unicuritiba, IOP (Instituto de Oncologia do Paraná) Wellyne Confecções, Sesi, Festival, Hospital Pilar, Urbs, Giovani Berton, Rotary Club, Sicoob Sul, Humsol, Solaris, Consciencia Rosa, Rotary Club Parque Barigui, Associação Amigas da Mama, Rotary Barigui, Secretaria Metalúrgicos de Curitiba, Força Sindical, Sinsepar/Spe, CMA-OAB/PR, Rotary Club Distrito 4730, Força Sindical, Sincepar e Agência Curitiba de Desenvolvimento. ∞



DIVULGAÇÃO / ACP



Mulheres que fazem história

As ex-coordenadoras do CME, Edda Deiss de Melo e Jandira Scussel, tiveram suas fotos descerradas durante coquetel realizado na sede da entidade. As imagens farão parte da galeria de mulheres que estiveram à frente do conselho contribuindo para o fortalecimento do empreendedorismo feminino. Após a entrada em vigor do novo estatuto da ACP, o conselho passará a se chamar Conselho da Mulher Empresária. ∞



DIVULGAÇÃO / ACP

Paulo Brunel assume Câmaras Setoriais

Brunel, que está há 15 anos envolvido em diversas atividades nos conselhos da entidade, sendo atualmente um dos vice-presidentes, substituiu o vice-presidente Ivo Petris na coordenação do Conselho de Câmaras Setoriais, transferido para a mesma função no novo Conselho de Economia e Finanças, criado recentemente.

Durante o evento de posse, o presidente Antonio Miguel Espolador Neto agradeceu o trabalho realizado pelo antigo coordenador no primeiro semestre do ano, afirmando que seu deslocamento para o novo conselho “deu-se em função de sua longa experiência nos setores da economia e do comércio”, ao mesmo tempo em que desejou sucesso ao plano de trabalho do vice-presidente Paulo Brunel “à frente

de um conselho que é a verdadeira porta de entrada do empreendedor na ACP”.

O evento foi prestigiado pelos vereadores Hélio Wirbiski, Jonny Stica e Luiz Felipe Braga Cortes, da Comissão de Urbanismo da Câmara Municipal de Curitiba, que debateram com os presentes aspectos do projeto do Plano Diretor de Curitiba, “cujo prazo para sugestões e emendas será encerrado nessa quinta-feira (17), com a última audiência pública da série de cinco realizadas pela respectiva comissão”, segundo Wirbiski.

O relator Jonny Stica se referiu às emendas ao projeto de lei com base em sugestões apresentadas pela ACP em benefício do comércio, como bilhete único, regulamentação da construção de edifícios conjugados para moradia e atividade comercial, áreas de estacionamento, pólo gastronômico, painéis luminosos, entre outros temas.

O projeto de lei do Plano Diretor de Curi-



DIVULGAÇÃO / ACP

tiba, que elabora a política pública de planejamento urbano da cidade para os próximos dez anos será votado pelos vereadores no final de setembro, devendo então ser encaminhado à sanção do prefeito Gustavo Fruet. **✕**



DIVULGAÇÃO / ACP

Diretoria da ACP define metas para 2016

Durante reunião realizada no litoral, a diretoria da Associação Comercial do Paraná (ACP) esteve reunida no litoral do Paraná a fim de definir diretrizes para atuação da

entidade ao longo de 2016. O encontro teve como foco o planejamento estratégico de metas para a segunda fase da gestão do presidente Antonio Miguel Espolador Neto. **✕**

Solução de conflitos ganha agilidade

POR RICARDO ABREU

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil alcançará, em breve, o marco de 100 milhões de processos tramitando no Poder Judiciário. O tempo é de mudança.

O número de ações judiciais aumenta a cada dia e, reflexo direto de tal quadro, os métodos alternativos de solução de conflitos abrem caminhos cada vez mais atrativos na busca por soluções rápidas e especializadas para os litígios.

Nesse contexto, a mediação e a arbitragem representam instrumentos técnicos, justos e eficientes de resolução de disputas.

Recentes alterações legislativas resultaram em importantes mudanças no cenário jurídico brasileiro: a Lei de Arbitragem (Lei 9.307/96) foi atualizada pela Lei 13.129/15, consolidando uma série de práticas e entendimentos já sedimentados na doutrina e jurisprudência. A mediação ganhou seu primeiro marco legal (Lei 13.140/15), que entrará em vigor no mês de dezembro de 2015. Ainda, o novo Código de Processo Civil, já sancionado pela Presidência da República, reforça a necessidade de investimento na composição amigável - em juízo ou fora dele - e a autonomia da arbitragem, sempre que as partes assim optarem.

As principais alterações implementadas com a nova Lei de Arbitragem incluem: i) a possibilidade de a administração pública dirimir seus litígios por meio de arbitragem; ii) a liberdade das partes para escolher árbitros que não integrem as listas institucionais das Câmaras de Arbitragem; iii) a fixação de marco interruptivo da prescrição nos casos de arbitragem; iv) o reconhecimento da competência do Poder Judiciário para apreciar medidas de urgência postuladas em momento anterior ao da constituição do Tribunal Arbitral; v) a criação do mecanismo da “carta arbitral”, que servirá como facilitador da comunicação entre árbi-



tros e Judiciário no cumprimento de medidas que exijam aplicação de poder coercitivo; vi) a autorização expressa para que os árbitros profiram sentenças parciais; redução das hipóteses de nulidade da sentença arbitral; e vii) a vinculação de todos os sócios à cláusula arbitral regularmente inserida em estatuto social, resguardado o direito de retirada em alguns casos de dissidência.

Por sua vez, a Lei de Mediação valida a crescente importância da construção de soluções consensuais pelas próprias partes. O frutífero diálogo intermediado por terceiro imparcial e independente resulta, com frequência, na celebração de um acordo. O resgate de relacionamento e a restauração da confiança possibilitam a adoção de postura focada no futuro e acabam produzindo mútuos benefícios para as partes envolvidas.

Como se vê, a mediação e a arbitragem, cada vez mais, ganham espaço junto aos juristas e ao empresariado, trazendo eficiência à resolução de disputas e contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. O grande desafio agora é manter a boa qualidade na administração privada de litígios promovida pelas Câmaras de Mediação e Arbitragem e capacitar profissionais para dirimir extrajudicialmente conflitos nas diversas esferas dos direitos.

Não por outro motivo, a Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná (Arbitac) lançou, no último mês de junho, a atualização de seus Regulamentos. Sempre preocupada com a qualidade dos serviços prestados, a Arbitac acompanha o que há de mais moderno na legislação brasileira e cumpre com seu papel frente aos anseios da sociedade. ∞



RICARDO ABREU É VICE-PRESIDENTE DA ACP E COORDENADOR DA ARBITAC

FOTOS: DIVULGAÇÃO / ACP

Homem que lê vale mais

“**POSSO OUVIR QUALQUER** case de sucesso nas palestras das quais participo, mas nenhuma lição supera a de um casal que, montado em uma Monark 61, conseguiu transformar uma só leitoa em fazenda no interior do Mato Grosso do Sul”. Este é o exemplo de perseverança que norteia Rodrigo Bim Cavalieri, gerente de contas da ACP atuante no escritório da cidade de Maringá. Os parceiros que ergueram tal feito são os pais de Rodrigo, o agricultor Pedro Cavallieri Filho e a Dona Aparecida Bim Cavalieri.

Para que hoje integrasse o mundo corporativo, Rodrigo aprendeu desde cedo a valorizar o trabalho duro. “Quando moleque capinei leira de soja e salguei couro de boi. Muitos anos e experiências se passa-

ram e, hoje na área de crédito, estou completando 11 anos, tendo atuado em todos os bureaus de crédito do mercado”, disse orgulhoso à Revista do Comércio.

Como não poderia deixar de ser, todo caminho entre o campo e a cidade grande tem buraco, estrada de chão e muita poeira. “Meu pai, ao perceber que eu dava trabalho na escola durante a adolescência, resolveu me levar para trabalhar na roça no período da tarde. Mas como lá o serviço era muito puxado, resolvi procurar emprego em Maringá, onde trabalhei como office-boy em uma farmácia. Naquele tempo passava o dia todo pedalando e entregando remédios pela cidade”.

Hoje Rodrigo ainda continua suas andanças pela cidade, mas agora entre-

gando soluções ao invés de medicamentos. Entre suas atividades diárias, passa a maior parte do dia fazendo visitas a clientes antigos e prospectando novos. Formado em administração e pós-graduado em marketing, ele encontrou sua paixão profissional na análise de crédito no início da carreira, durante o primeiro estágio da sua vida na Associação Comercial de Maringá.

“Quem me despertou para os estudos foi o tio Aníbal Bim, famoso advogado da cidade de Maringá. Certo dia encontrou-me e perguntou se eu estava estudando. Diante da resposta negativa, ele disse algo para eu não esquecer – ‘homem que lê vale mais’ – e este foi o divisor de águas na minha vida. 



JOÃO PAULO SANTOS / ACP



_ COMUNIDADE
REUNIDA NA CAPELA
DO COTOLENGO NOS
ANOS 80



Pequeno Cotolengo 50 anos de história e caridade

INSTITUIÇÃO QUE É REFERÊNCIA EM TODO PARANÁ COMEMORA SUAS BODAS DE OURO NO TRABALHO REALIZADO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS E PARALISIA CEREBRAL



Em 2015 o Pequeno Cotolengo completou 50 anos de existência. A data marca o dia em que a pedra fundamental da instituição foi colocada em Curitiba. Daí em diante começou um esforço da comunidade local para conseguir estruturar a instituição, arrecadando fundos para realizar o sonho de ver esta entidade em funcionamento.

As primeiras 18 moradoras chegaram na instituição em 1971, transferidas da Escola Hermínia Lupion, e algumas destas primeiras moradoras permanecem na entidade até os dias de hoje.

Atualmente o Pequeno Cotolengo abriga 200 moradores com deficiências múltiplas (físicas e mentais) de todas as idades que foram abandonadas por suas famílias, sofreram maus tratos ou viviam

em situação de risco, e que recebem na instituição além do acolhimento, a educação através da escola interna, saúde com as 13 especialidades oferecidas e qualidade de vida com passeios a praia, teatros, parques, entre outros.

O Pequeno Cotolengo é referência em todo estado e para outras entidades do Brasil, pelo trabalho realizado com os moradores, tendo um papel fundamental dentro da comunidade, cuidando dos mais “pequeninos” como definiu São Luis Orione, fundador da instituição.

Os prêmios recebidos, entre eles o Selo Portal da Transparência e o Selo ODM concedido pela ONU, certificam o trabalho feito com seriedade e construído com o apoio de toda a sociedade.

_SAÚDE

O Pequeno Cotolengo oferece no Centro de Reabilitação 13 especialidades na área da saúde para os moradores. São elas clínica geral, neurologia, psicologia, psiquiatria, nutrição, farmácia, enfermagem, terapia ocupacional, fisioterapia, hidroterapia, equoterapia, fonoaudiologia e odontologia.

_EDUCAÇÃO

A Escola Pequeno Cotolengo é uma escola especial na modalidade da educação básica e atende exclusivamente os moradores da instituição desde o ano 1979. Os alunos são divididos em turmas de 5 níveis de aprendizado, e a divisão é feita de acordo com a idade e a capacidade de aprendizado. No calendário escolar estão atividades culturais e atividades de integração da escola com a comunidade.

_TRABALHO VOLUNTÁRIO

Desde o início, a história do Pequeno Cotolengo foi construída graças ao trabalho voluntário. Hoje são mais de 700 voluntários de todas as idades e classes sociais, que ajudam a manter a instituição com o trabalho diário na Casa de Costura, Casa de Fraldas, Casa de Artesanato, Bazar da Amizade, no trabalho de organização do Churrasco Mensal, além de atividades para animar os moradores.

_CHURRASCO MENSAL

No dia 02 de Dezembro de 1973, em uma barraca improvisada no meio do terreno do Pequeno Cotolengo, aconteceu o primeiro churrasco da instituição, feito desde essa época por voluntários que abraçaram a causa. O público foi de mais ou menos 80 pessoas e ainda sobraram 10 quilos de carne. Foi o primeiro elo de uma corrente de amor que perdura até os dias de hoje. Até hoje os churrascos acontecem normalmente em todo o primeiro domingo de cada mês e conta com o trabalho de mais de 450 voluntários. O público do evento gira em torno de 5 a 7 mil pessoas.



A pior forma de injustiça é tentar fazer duas coisas diferentes de forma igual

POR PROFESSOR OSMAR COUTINHO

“Sou um ótimo vendedor numa loja de roupas, porém o que mais me intriga e me deixa triste é o fato de certas pessoas dizerem por aí que todos os vendedores são iguais.

No meu caso, em especial, eu invisto muito na minha carreira. Realizo pelo menos três treinamentos por ano sendo todos pagos por mim, além de outros treinamentos técnicos realizados pela empresa a qual trabalho.

Até o final deste ano possivelmente serei promovido a gerente de vendas, pois a minha dedicação sempre foi reconhecida por onde trabalhei.

Pretendo crescer profissionalmente sem prejudicar ninguém, apenas com meu esforço e minha dedicação.

Alguns colegas que se dizem vendedores, não investem em si e nunca participam de treinamentos nem seminários; julgam-se saberem tudo e dizem sempre que “todos os vendedores são iguais”.

O que o senhor acha disso Prof. Osmar Coutinho?

Este tipo de pessoa sempre existiu e sempre existirá.

São vendedores que vivem à procura do melhor emprego e nunca trabalham em lugar algum, enquanto isso vivem minando o ambiente com o seu negativismo e pessimismo independentemente de haver crise ou não.

Por outro lado, as empresas enfrentam este perfil negativo de vendedor e se deparam com suas vendas escorrendo ralo abaixo.

Mesmo assim, muitas delas oferecem aos seus vendedores treinamentos direcionados a fim de aumentarem as vendas, porém são descartados devido o baixo interesse.

Muitos destes vendedores acham que “sabem tudo” e quando solicitam treinamentos são os primeiros a desconsiderá-los e contrariá-los.

Infelizmente esses vendedores negativos só acreditam na escola da vida, fórmula usada por muitos até hoje: erros + tentativas incisivas para que um dia a venda possa dar certo.



FOTOS: DIVULGAÇÃO / ACP

– UMA HISTÓRIA INTERESSANTE

Certa vez um mecânico estava desmontando o carburador de um carro quando avistou na oficina um famoso cirurgião cardiologista.

Então o mecânico parou o serviço e perguntou com ironia.

- Ei doutor, posso lhe fazer uma pergunta?

O cirurgião muito gentil concordou e foi ao seu encontro.

- Doutor, olhe este carburador, na realidade ele é o coração deste carro. Eu o abro, desmonto todinho, substituo todas as peças com defeito por novas e quando termino, ele volta a funcionar como se fosse novo.

- Então porque eu ganho tão pouco e o senhor ganha muito? Praticamente fazemos a mesma coisa!

O doutor dá um sorriso, se inclina e fala bem baixinho...

- Tente desmontar o carburador e trocar todas as peças da próxima vez -com o motor ligado.

– CONCLUSÃO

Existem pessoas que constantemente comparam-se com outros profissionais alegando que devem ser remunerados igualmente.

Sabemos que toda profissão tem a sua razão e o seu valor.

Para ser reconhecida deve-se investir, acreditar e principalmente valorizar todos os seus colegas. Desta forma sobreviveremos a qualquer crise, seja ela interna ou externa. **OC**



Prof. Osmar Coutinho é consultor e conferencista

WWW.OSMARCOUTINHO.COM.BR

**AJUDE
SUAS
VENDAS A
CRESCER**

**LIGUE
PRA
GENTE**

Foi uma satisfação atender ao chamado da Associação Comercial do Paraná para desenvolver o conceito e as peças da campanha Ajude a Vida a Vencer. Cuide de Você, que está mobilizando associações, empresas e a mídia na luta contra o número cada vez maior de casos de câncer.

Agora é hora de investir com inteligência para aproveitar todas as oportunidades nesse cenário de dificuldades que anda afetando a saúde de



**LIGUE
AGORA**
(41) 3092-0900

tantos negócios, alinhando a atitude de sua equipe, mantendo a base de clientes e encantando novos com a melhor comunicação.

nova
c o m u n i c a ç ã o
novas soluções

www.novacombrasil.com.br

EDGE

Um Luxo na sua garagem.



TX | PUBLITEX

3 ANOS
DE GARANTIA

Respeite os limites de velocidade.

AGENDE UM TEST DRIVE

70
anos
Desde 1945

O melhor negócio
Ford é aqui.

 twitter.com/fordslaviero

 facebook.com/slavierocwb

Iguaçu, 633 | Kennedy, 3878
3025.3600 | **3027.9900**
www.slaviero.com.br



Slaviero
Desde 1945.